



# Estatística & Informações

*Demografia e Indicadores Sociais*

# 18

Vulnerabilidade e condições de vida no Brasil e em Minas Gerais: o que revelam a Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e o Cadastro Único

2016 e 2017

Belo Horizonte | 2019

DIRETORIA DE  
ESTATÍSTICA E  
INFORMAÇÕES



Governador do Estado de Minas Gerais  
Romeu Zema Neto

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão  
Otto Alexandre Levy Reis

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP)

Presidente

Helger Marra Lopes

Vice-presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

---

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Estatística e Informações (Direi)

Coordenação das Estatísticas Demográficas  
Denise Helena França Marques Maia

Equipe técnica

Elaboração

Denise Helena França Marques Maia  
(Coordenação)

Helena Teixeira Magalhães Soares

Plínio de Campos Souza

Renato Vale Santos

Capa

Bárbara Andrade Corrêa da Silva

Núcleo de Editoração

Heitor Vasconcelos





DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (Direi)  
COORDENAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Estatística & Informações

18

Vulnerabilidade e condições de vida no Brasil e em Minas Gerais: o que revelam a Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e o Cadastro Único – 2016 e 2017

Belo Horizonte

2019

ISBN 2595-6132

## CONTATOS E INFORMAÇÕES

### FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Diretoria de Estatística e Informações (Direi)

Alameda das Acácias, 70 - Bairro São Luiz/Pampulha

CEP: 31275-150 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Telefones: (31) 3448-9545 e 3448-9457

www.fjp.mg.gov.br

e-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br

**Estatística & Informações** divulga estudos de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. A série está subdividida em dois grupos: o primeiro Indicadores econômicos e o segundo Demografia e Indicadores sociais.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Sinais convencionais utilizados:

- = Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
- .. = Não se aplica dado numérico.
- ... = Dado numérico não disponível.
- 0,0 = Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo
- 0,0 = Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo

O presente estudo foi desenvolvido com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig) no âmbito do projeto “Desenvolvimento do Sistema Estadual de Estatística e da Tecnologia da Plataforma de Informações da Fundação João Pinheiro e o Aprimoramento da Produção e da Difusão dos Indicadores Socioeconômicos do Estado” - Edital nº 009/2017.

V991 Vulnerabilidade e condições de vida no Brasil e em Minas Gerais : o que revelam a Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e o Cadastro Único – 2016 e 2017 / Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte: FJP, 2019.

49 p. – (Estatística & Informações ; n.18)  
Inclui bibliografia.  
ISSN 2595-6132

1. Brasil – Minas Gerais – Condições sociais – 2016/2017. 2. Brasil – Minas Gerais – Condições econômicas – 2016/2017. I. Fundação João Pinheiro. Diretoria de Estatística e Informações. II. Série.

CDU 338:308(81) “2016-2017”

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	4
1 INTRODUÇÃO .....	5
2 FONTES DE DADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	8
2.1 Aspectos conceituais básicos .....	8
3 EVIDÊNCIAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL NA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA .....	10
3.1 Vulnerabilidade sob a ótica da Pesquisas por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), 2016 e 2017 .....	10
3.2 Vulnerabilidade sob a ótica do Cadastro Único (CadÚnico), 2016 e 2017 .....	27
3.3 Vulnerabilidade ocupacional na população jovem sob a ótica do Cadastro Único (CadÚnico) - 2016 e 2017 .....	35
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	44
REFERÊNCIAS .....	48



---

## APRESENTAÇÃO

A série “Estatística & Informações” divulga os estudos produzidos pela Diretoria de Estatística e Informações (Direi), da Fundação João Pinheiro (FJP), em seus mais diversos recortes ao tratar dos indicadores econômicos, demográficos e sociais. Em sua edição número 18 apresenta uma análise comparativa da população em situação de vulnerabilidade residente no Brasil, em Minas Gerais, no interior do Estado, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e em Belo Horizonte, nos anos de 2016 e 2017.



## 1 INTRODUÇÃO

A expressão *vulnerabilidade social* não possui significado único na literatura especializada, podendo ser utilizada de diferentes formas, com diferentes implicações. Trata-se de uma expressão da modernidade, uma vez que agrega características do processo sócio-histórico, que se reproduzem pelos mecanismos sociais que dirigem a sociedade, ao contexto conjuntural. Dessa forma, penetra-se em dimensões que compõem a vida social, expressando a sua multidimensionalidade.

O fenômeno da vulnerabilidade tem tomado escopo nas recentes discussões sobre as condições de vida dos segmentos populacionais de baixa renda, principalmente, em função do reconhecimento de que a análise da pobreza, em termos monetários, torna-se limitada em função dos cenários de risco e ameaça que se agregam a essa dimensão.

As condições de vida de um indivíduo e/ou família, seja para a garantia de bem-estar, seja para o desenvolvimento econômico de um país, extrapolam o acesso a bens de consumo. Para se conseguir medir o grau de vulnerabilidade em âmbito micro ou macro, deve-se agregar à situação de renda evidências que traduzam condicionantes desafiadores à superação da ausência ou limitação do acesso a bens e serviços com dignidade.

A ampliação do conceito de pobreza à concepção de vulnerabilidade se deu no esteio do desenvolvimento econômico e tecnológico da sociedade. Nos séculos XIX até meados do século passado, o conceito de pobreza se limitou à interpretação sobre a condição de insuficiência de renda para a manutenção de alimentos necessários para a subsistência, ou seja, a resposta às necessidades humanas se restringiam às necessidades físicas. Por volta de 1950, ampliou-se o conceito de pobreza para a perspectiva das condições de sobrevivência como acesso à educação, saúde e saneamento básico, uma vez que o inverso de tais condições acometia parcela considerável da população e comprometia o desenvolvimento econômico dos países.

Na década de 1980, o conceito de pobreza passou a ser interpretado na perspectiva de privação relativa, ou seja, o indivíduo estar sujeito a privações em diversas esferas da vida. Buscou-se agregar às restrições de acesso a bens e serviços, as consequências relacionadas às limitações da capacidade de contribuição para o desenvolvimento econômico pelo trabalho, relacionamento social e comportamento enquanto membro da sociedade. A definição frágil desse conceito impulsionou a emergência do entendimento da pobreza na perspectiva da expansão das capacidades humanas. Esse conceito pressupõe a melhoria das condições de vida da população através das oportunidades que se traduzam em acesso a bens e serviços e proposições para o desenvolvimento das capacidades e vocações, em prol do bem-estar de todos, ou seja, a superação da vulnerabilidade. A contraposição a

essa concepção se aporta na vulnerabilidade por representar as dimensões de fragilidades adversas a que está sujeito o indivíduo.

Compreende-se assim que o entendimento sobre a vulnerabilidade gira em torno da identificação de condições objetivas e subjetivas as quais se sobrepõem ao indivíduo e família, de forma a restringir o acesso a bens e serviços. As condições objetivas podem ser entendidas como a condição de acesso aos direitos universais, como saúde e educação, acesso a moradia, trabalho e renda. As condições subjetivas, por sua vez, caracterizam-se pela forma de inserção do indivíduo e família na sociedade, sendo extrapolações da pessoa, que determinam, inclusive, o acesso às condições objetivas. Nelas estão os condicionantes sociais como raça/cor, sexo, origem de naturalidade, grupo a que pertence e hábitos culturais que denotam a configuração da sociedade em que se encontram inseridos.

A Fundação João Pinheiro (FJP), órgão oficial de produção de informações sociais e econômicas do estado de Minas Gerais, apresenta, nesta edição da série Estatísticas e Informações, uma análise das dimensões que compõem a vulnerabilidade da população brasileira, por meio de indicadores demográficos e sociais, tais como, sexo, cor/raça, estrutura etária, acesso ao trabalho, alfabetização, nível de escolaridade e acesso aos serviços de saneamento básico.

Foram utilizadas as bases de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único (CadÚnico), do Ministério da Cidadania, ambas para os anos de 2016 e 2017. Com base na PNADC, foram analisadas comparativamente as populações em situações de vulnerabilidade do Brasil, de Minas Gerais, da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e de Belo Horizonte. Por meio do CadÚnico, as pessoas em situação de vulnerabilidade residentes em Minas Gerais, no interior do estado, na RMBH e em Belo Horizonte. Ademais, foi dado um destaque para a população jovem<sup>1</sup> (entre 15 e 29 anos de idade) e características que expressam a vulnerabilidade ocupacional. Os jovens constituem o contingente populacional de representatividade significativa no país, sobremaneira para o impulsionamento do desenvolvimento econômico e sustentabilidade da população cada vez mais envelhecida.

Destaca-se que, no caso da PNADC, a renda foi considerada como parâmetro chave para determinação da população em situação de vulnerabilidade, ou seja, foi a referência objetiva para a seleção da população analisada. A partir dela, foram criados dois grupos: extremamente pobres e pobres. No

---

<sup>1</sup> Conforme o Estatuto da Juventude, promulgado pela Lei nº 12852, de 5 de agosto de 2013, que dispõe sobre os direitos dos jovens, dos princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e sobre o Sistema Nacional da Juventude, em seu Art. 1º § Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

CadÚnico, pelo fato da renda já ser o critério para o indivíduo/família estar registrado no cadastro, não foi feito recorte algum para a análise.

Este volume divide-se em quatro seções. A primeira é composta por esta introdução. A seção 2 apresenta algumas considerações sobre as fontes de dados e os procedimentos metodológicos. Na seção 3 é fornecido um panorama da população em situação de vulnerabilidade no Brasil, em Minas Gerais, na RMBH e em Belo Horizonte, fundamentado nas duas bases de dados mencionadas anteriormente. Finalmente, na seção 4, procura-se enfatizar alguns pontos para efeito de conclusão, além de chamar a atenção de outros para reflexão.

---

## 2 FONTES DE DADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são apresentadas as bases de dados utilizadas para a análise descritiva dos dados, alguns conceitos das variáveis trabalhadas, bem como a metodologia para classificar a população como *em condições de vulnerabilidade de renda*, no âmbito da PNAC.

### 2.1 Aspectos conceituais básicos

Para a caracterização da população vulnerável do Brasil, de Minas Gerais, da RMBH e de Belo Horizonte, para os anos de 2016 e 2017, foi utilizada a PNADC. A pesquisa é representativa para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas e capitais estaduais (IBGE, 2018a, 2018b).

A população investigada neste trabalho foi aquela residente em domicílios particulares permanentes, cuja renda domiciliar *per capita* não ultrapassava o valor de R\$186,00. Para o cálculo dessa renda, utilizou-se a variável *rendimento efetivo domiciliar per capita*, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), adotado pelo IBGE, para o ano de 2017 (média anual).

Para determinar o percentual de pobres e extremamente pobres, no Brasil, em termos monetários, adotou-se a linha de corte determinada pelo então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)<sup>2</sup>, a partir de junho de 2016. Os valores limites, assim como os rendimentos, foram corrigidos para o ano de 2017, com base no IPCA, disponibilizado para o segundo trimestre de 2016, com vistas a aferir de forma mais fidedigna as condições de vida da população. Assim sendo, os valores de corte para as duas categorias em análise foram: renda domiciliar *per capita* menor ou igual à R\$93,00 (extremamente pobres) e renda domiciliar *per capita* entre R\$93,00 e R\$186,00 (pobres).

Em relação à população em idade de trabalhar, as pessoas foram classificadas em dois tipos: (a) na força de trabalho e; (b) fora da força de trabalho. Por sua vez, o grupo denominado na força de trabalho foi dividido em pessoas ocupadas e pessoas desocupadas, na semana de referência. As ocupadas eram aquelas que trabalharam ou tinham trabalho, no período de referência. As desocupadas, por sua vez, caracterizaram-se por não possuírem trabalho na semana de referência da pesquisa, mas que estavam dispostas a trabalhar e, para isso, tomaram alguma providência efetiva. Já as pessoas fora da força de trabalho não estavam ocupadas e nem desocupadas, na semana de referência, ou seja, não tomaram providência alguma para conseguir trabalho (IBGE, 2018c).

---

<sup>2</sup> A partir de janeiro de 2019, passou a se chamar Ministério da Cidadania.

No tocante à variável cor/raça, as categorias preta e parda foram agrupadas na categoria negros, conforme classificação de Osório (2003).

Somando-se à PNADC, utilizaram-se os bancos de dados amostrais do Cadastro Único (CadÚnico), para os anos de 2016 e 2017, e as bases de Projeções Populacionais da Fundação João Pinheiro (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2016, 2017; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018), para o mesmo período.

As base de dados do CadÚnico são de acesso público e fornecem informações dos indivíduos e famílias de baixa renda do Brasil. O CadÚnico foi criado em 2001 e caracteriza-se como uma ferramenta essencial para identificação e caracterização das condições socioeconômicas da população em situação de vulnerabilidade monetária. Esta vulnerabilidade é caracterizada pela renda mensal familiar igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa (renda *per capita*) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos.

Destaca-se que o CadÚnico enriquece a análise da vulnerabilidade de renda retratada por meio dos dados das PNADs Contínuas, mas deve-se ter em mente a natureza distinta das pesquisas e, conseqüentemente, das análises: o CadÚnico é um registro administrativo que mostra o movimento da população em função da baixa renda<sup>3</sup>, ou seja, é uma pesquisa longitudinal que caracteriza-se pela dinamicidade das informações; já as PNADs são pesquisas amostrais que trazem um retrato da população, expressando o seu estado ou a sua situação, no período em que estão sendo realizados os levantamentos.

---

<sup>3</sup> O CadÚnico é o mecanismo que possibilita o acesso das pessoas de baixa renda aos programas e serviços das políticas públicas brasileiras destinadas a este segmento. Assim sendo, há um incentivo para a população de baixa renda estar inserida no cadastro, ou seja, teoricamente, espera-se que todo o segmento populacional de baixa renda esteja presente no CadÚnico. Caso a pessoa não se enquadre nos critérios de renda, ela é excluída.

### 3 EVIDÊNCIAS DA VULNERABILIDADE SOCIAL NA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

As informações descritas inicialmente referem-se à população residente em domicílios considerados pobre e extremamente pobre, com base nos dados das Pesquisas por Amostra de Domicílios Contínuas, de 2016 e 2017. Os recortes geográficos são Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte. Em seguida, são analisados os dados do Cadastro Único para Minas Gerais, também para 2016 e 2017, interior do Estado e RMBH, bem como da capital Belo Horizonte. Destaque analítico é dado para a vulnerabilidade ocupacional da população jovem.

#### 3.1 Vulnerabilidade sob a ótica da Pesquisas por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), 2016 e 2017

Em 2016, no Brasil, cerca de 18,4 milhões de pessoas (8,9%) residiam em domicílios particulares permanentes considerados extremamente pobres e pobres. Em 2017, esse contingente era ainda maior, de 19,6 milhões de pessoas (9,5%), representando um incremento de população em situação de vulnerabilidade de renda de 6,6%, no período de um ano. Em Minas Gerais, havia mais de 1,3 milhões de pessoas em situação de pobreza, em ambos os períodos, o que representava 6,5% da população estadual e, em consonância com o Brasil. Os dados da Tabela 1 revelam o agravamento de tal situação. Chama atenção o significativo incremento relativo da população vulnerável em Belo Horizonte (15,3%), ao passo que a RMBH apresentou recuo nesse quadro.

Tabela 1: População residente em domicílios particulares permanentes considerados extremamente pobres e pobres e variação relativa anual – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte – 2016/2017

Regiões	População residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres e pobres		
	Valor absoluto		Varição percentual
	2016	2017	2016/2017
Brasil	18 451 426	19 674 669	6,6
Minas Gerais	1 358 017	1 383 134	1,8
RMBH	252 888	248 715	-1,7
Belo Horizonte	81 828	94 360	15,3

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Pela Tabela 2, verifica-se a predominância dos pobres, em relação aos extremamente pobres, no Brasil, em 2016. Já nas demais regiões, ocorre um elevado percentual de pessoas em situação de extrema pobreza, principalmente em Belo Horizonte, onde a proporção de extremamente pobres ultrapassou 80% da população financeiramente vulnerável. Entre 2016 e 2017, assiste-se ao empobrecimento da população brasileira vulnerável, bem como da população do Estado em tal situação, com os extremamente pobres atingindo o patamar de 54,3 e 57,2%, respectivamente, em 2017 – crescimento de 11,3 e de 2,8% no período de um ano, nessa ordem. Por outro lado, observa-se diminuição relativa no total de pobres e diminuição absoluta também. Essa última não suficiente para compensar o aumento no total de pessoas em situação de vulnerabilidade de renda, nas duas regiões (TABELA 3).

Tabela 2: Proporção de população residente em domicílios particulares permanentes considerados extremamente pobres e pobres e variação relativa anual – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016/2017

Regiões	Percentual da população residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres e pobres					
	2016		2017		Variação 2016/2017	
	Extremamente pobres	Pobres	Extremamente pobres	Pobres	Extremamente pobres	Pobres
Brasil	48,8	51,2	54,3	45,7	11,3	-10,8
Minas Gerais	55,6	44,4	57,2	42,8	2,8	-3,6
RMBH	73,2	26,8	59,5	40,5	-18,7	51,0
Belo Horizonte	82,6	17,4	53,1	46,9	-35,7	169,4

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Na contramão do Estado e do país, na RMBH houve diminuição de 18,7% da população extremamente pobre e aumento de 51% da população pobre. Não obstante, apesar da queda relativa do primeiro grupo ter sido inferior ao aumento do segundo grupo, os valores absolutos evidenciam a redução da pobreza na região metropolitana, com 4,1 mil pessoas a menos em situação de vulnerabilidade de renda. Análise semelhante pode ser realizada para Belo Horizonte, diminuição relativa de extremamente pobres e aumento proporcional dos pobres, mas com conclusão contrária à da RMBH: aumento absoluto da pobreza na capital do Estado com 12,5 mil pessoas a mais, no ano de 2017, em relação a 2016 (TABELA 3).

Tabela 3: População residente em domicílios particulares permanentes considerados extremamente pobres e pobres e variação absoluta anual – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte – 2016/2017

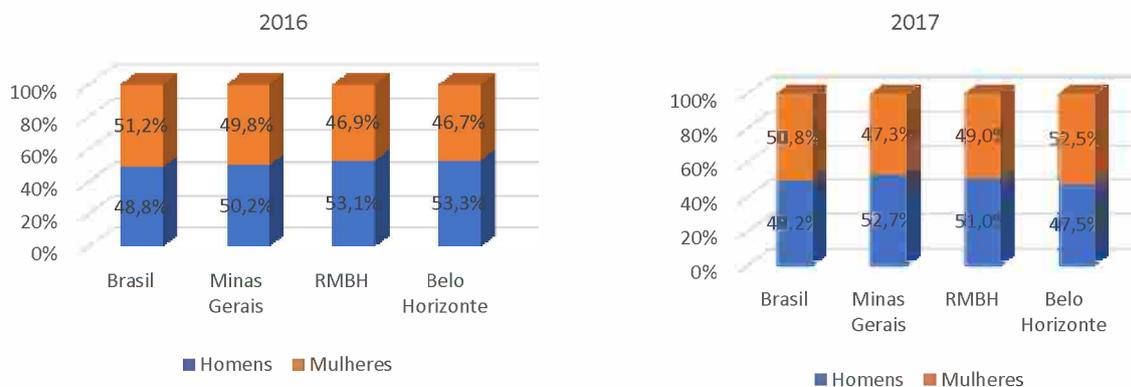
Regiões	População residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres e pobres (valores absolutos)						
	2016		2017		Variação abs. 2016/2017		
	Extremamente pobres	Pobres	Extremamente pobres	Pobres	Extremamente pobres (a)	Pobres (b)	(a-b)
Brasil	9 002 955	9 448 471	10 688 494	8 986 175	1 685 539	-462 296	1 223 243
Minas Gerais	755 139	602 878	791 022	592 112	35 883	-10 766	25 117
RMBH	185 126	67 762	148 079	100 636	-37 047	32 874	-4 173
Belo Horizonte	67 582	14 246	50 103	44 257	-17 479	30 011	12 532

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em 2016, no Brasil, grande parte da população extremamente pobre era composta por mulheres. Não obstante, em Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte, a maioria do contingente de extremamente pobres era de homens, com destaque para a capital mineira, com a maior participação relativa de homens entre as regiões em análise: 53,3%. Em 2017, no Brasil, as mulheres continuaram predominando entre os extremamente pobres, com uma suave redução (0,7%), alcançando o patamar de 50,8%. Em Minas Gerais, a participação relativa das mulheres entre os extremamente pobres também decresceu, atingindo 47,3% do total de miseráveis. Por outro lado, na RMBH e em Belo Horizonte houve incremento na participação das mulheres, sobremaneira na capital do Estado, cujo percentual de mulheres superou o de homens (GRÁFICO 1).

Gráfico 1: Proporção de população residente em domicílios particulares permanentes considerados extremamente pobres por sexo – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016/ 2017



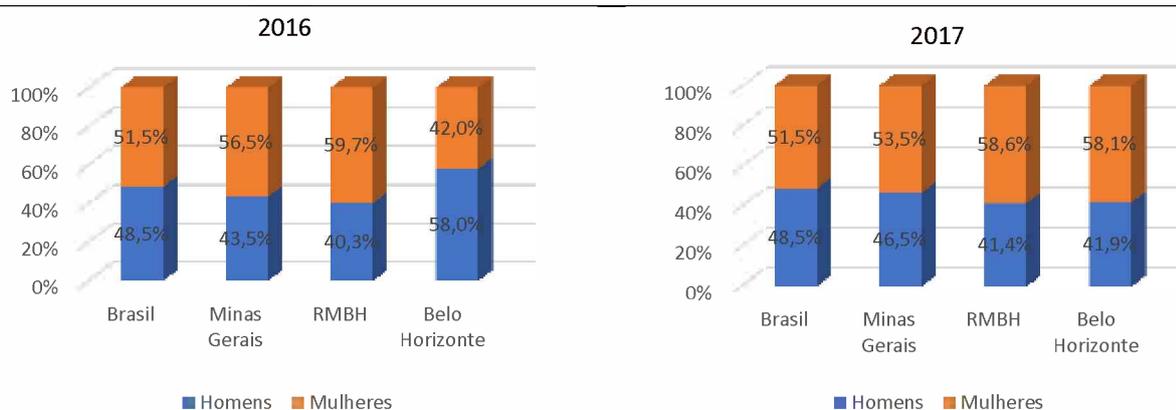
Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.



No Brasil, em 2016, a participação das mulheres na população residente em domicílios pobres era muito semelhante àquela dos domicílios extremamente pobres. Verifica-se que as mulheres representavam a maioria (51,5%) das pessoas pobres no país, proporção que não se alterou em 2017. Em 2016, nessa categoria, as mulheres também predominavam em Minas Gerais e RMBH. Em relação à pobreza, em Belo Horizonte, a situação das mulheres era relativamente mais favorável do que a dos homens, quadro que se altera drasticamente em 2017, quando as mulheres passam a representar quase 60,0% do total de pobres residentes na capital (GRÁFICO 2).

Gráfico 2: Proporção de população residente em domicílios particulares permanentes considerados pobres por sexo – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

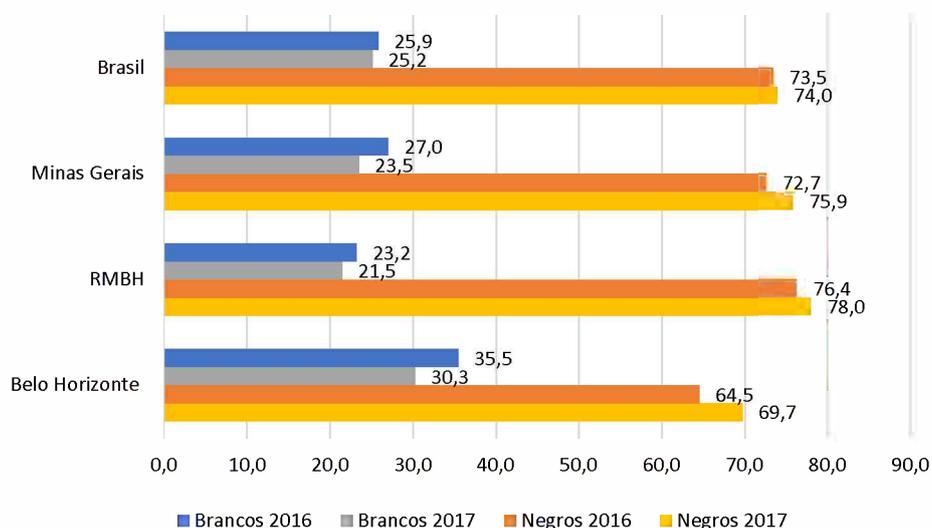
Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Sob a ótica da cor da pele<sup>4</sup>, no Brasil, os dados revelam que grande parte da população residente em domicílios particulares permanentes considerados extremamente pobres e pobres era negra – pretos e pardos- tanto em 2016 quanto em 2017 ( GRÁFICOS 3 e 4). Como era de se esperar, a predominância de negros entre as populações extremamente pobres e pobres também era característica das demais regiões analisadas. No caso dos extremamente pobres, destaca-se a cidade de Belo Horizonte, com os maiores percentuais: 35,5% em 2016 e 30,3 em 2017. Em relação aos pobres, as maiores proporções foram observadas em Minas Gerais: 27,0 e 23,4%, respectivamente.

Observa-se que, entre os extremamente pobres, a proporção de brancos baixou em todas as regiões em questão, sobretudo em Belo Horizonte (queda de 14,7%) e em Minas Gerais (diminuição de 13,0%) – superando em muito a média nacional. No Brasil, essa redução foi de 2,7%, passando de 25,9%, em 2016, para 25,2%, em 2017. Por outro lado, a participação relativa dos negros no total de extremamente pobres aumentou entre os anos de 2016 e 2017, sobremaneira em Belo Horizonte e Minas Gerais, com incrementos de 8,1 e 4,5%, respectivamente, evidenciando um acirramento das desigualdades raciais nas quatro regiões.

<sup>4</sup> Dada a pouca representatividade dos amarelos e indígenas, o indicador foi calculado apenas para os dois grupos supracitados: brancos e negros (pretos e pardos).

Gráfico 3: População branca e negra residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016/2017

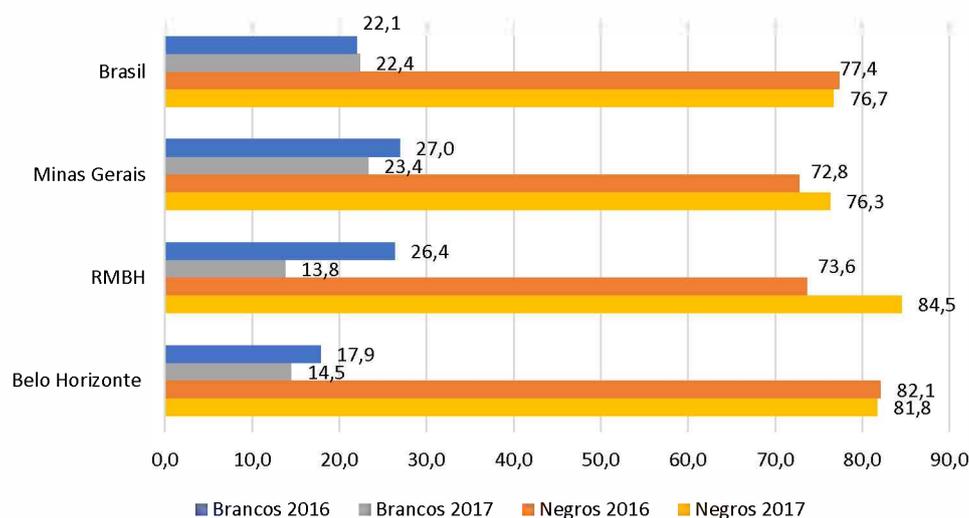


Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Gráfico 4: População branca e negra residente em domicílios particulares permanentes pobres – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

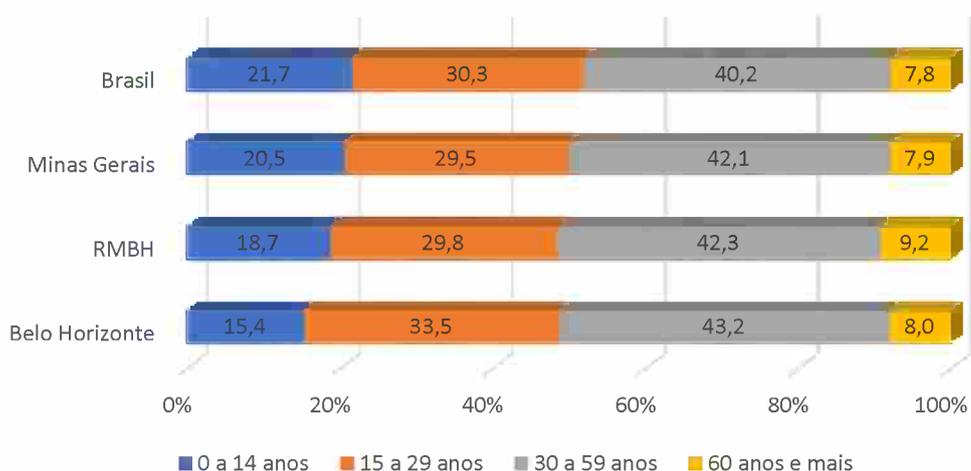


Em relação aos pobres, com exceção do Brasil, a participação dos brancos no total da população considerada pobre também diminuiu, principalmente na RMBH, passando de 26,4, em 2016, para 13,8%, em 2017 – queda de quase 50,0%. Em Minas Gerais o decremento foi de 13,3%, chegando em 2017 com 23,4% de brancos em situação de pobreza. Em contrapartida, a proporção de negros pobres decresceu no país, passando de 77,4, em 2016, para 76,7%, em 2017, assim como em Belo Horizonte. Em Minas Gerais, particularmente na RMBH, a participação dos negros no total de pobres sofreu incremento em torno de 15%, representando 84,5% em 2017.

Em 2016 e 2017, grande parte das pessoas extremamente pobres e pobres eram adultos, entre 30 e 59 anos de idade nas quatro regiões analisadas (GRÁFICO 5 e 6).

No Brasil, em 2016 e 2017, mais de 40% do contingente de extremamente pobres tinham entre 30 e 59 anos. Em Minas Gerais, esses percentuais eram superiores à média nacional, representando, respectivamente, 42,1 e 42,8%. Na RMBH, por sua vez, a participação relativa dos adultos nessa categoria populacional também era mais elevada que a média estadual e nacional. Ressalta-se o expressivo crescimento relativo das crianças e jovens (até 14 anos de idade) e dos idosos (60 anos ou mais de idade) no total da população extremamente pobre de Belo Horizonte: aumento de 60 e de 43%, respectivamente, alcançando 24,5 e 11,5%, nessa ordem.

Gráfico 5: População residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres por grupos etários – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016

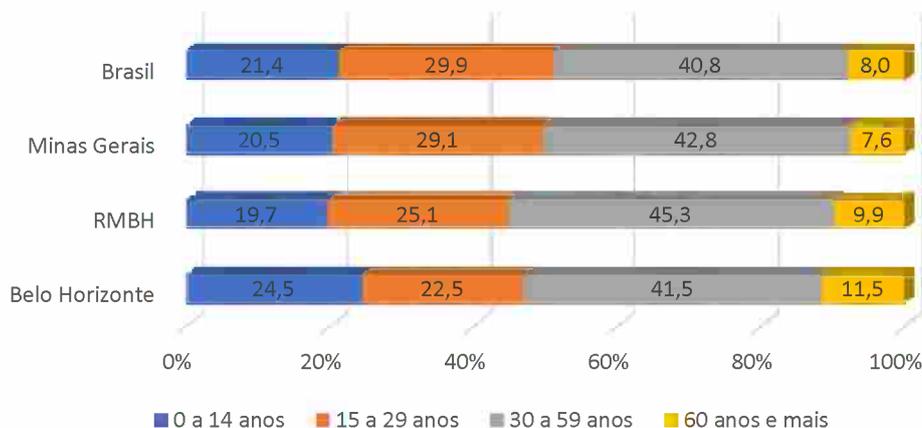


Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Gráfico 6: População residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres por grupos etários – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2017



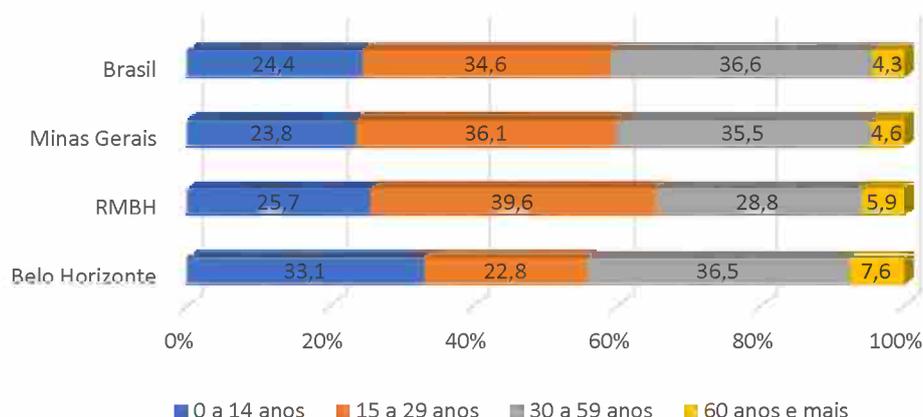
Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

No Brasil, em 2016 e 2017, a maioria das pessoas residentes em domicílios particulares permanentes pobres também eram adultos, entre 30 e 59 anos de idade. Não obstante, em 2016, em Minas Gerais e na RMBH, sobressaíram-se as pessoas entre 15 e 29 anos de idade, representando 36,1 e 39,6%, respectivamente (GRÁFICO 7 e 8). Verifica-se que, embora os jovens não fossem maioria entre os pobres, representavam uma parcela relevante e muito semelhante à dos adultos.

Gráfico 7: População residente em domicílios particulares permanentes pobres por grupos etários – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016



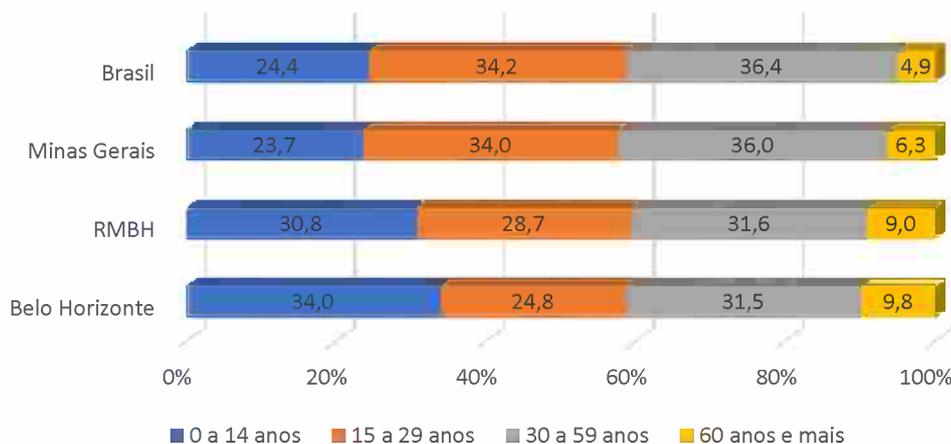
Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.



Gráfico 8: População residente em domicílios particulares permanentes pobres por grupos etários – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) –2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

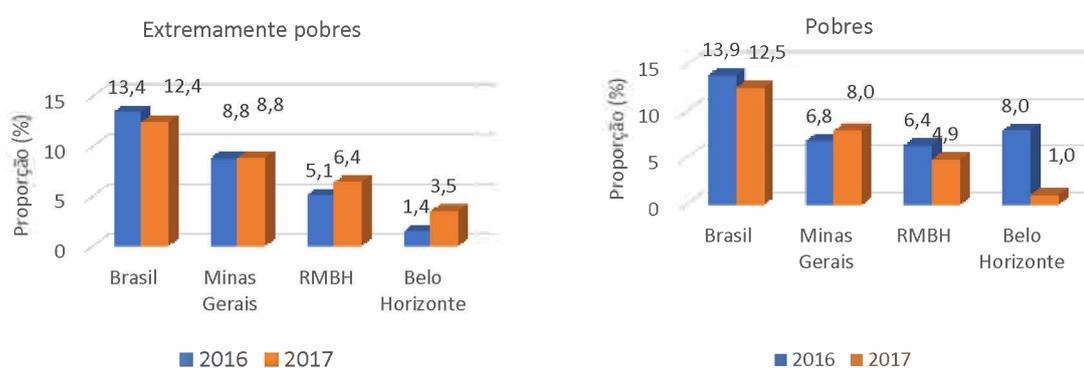
Outra dimensão fundamental para o entendimento da vulnerabilidade refere-se ao nível educacional alcançado pelo indivíduo. O processo de escolarização possibilita a inserção no mercado de trabalho e a melhoria das condições de vida das pessoas. Entre indicadores da área educacional, a condição de saber ler e escrever reflete o estado em que se encontra o indivíduo na sua relação com a sociedade. Tal situação remete à concepção de que a negação à educação, ou seja, o analfabetismo como ausência do domínio de saber ler e escrever, extrapola a condição de conhecimentos linguísticos, alcançando as relações sociais. Trata-se de um estado que resulta em exclusão, segregação e discriminação do indivíduo. A condição de analfabeto implica na redução de acesso a direitos básicos como o de ir e vir em um mundo com uso de recursos tecnológicos no cotidiano da vida humana.

Os dados do Gráfico 9 mostram o elevado percentual de analfabetos entre as populações extremamente pobres e pobres, com 15 anos ou mais de idade, nos anos de 2016 e 2017.

No Brasil, em 2016, cerca de 13,4% dos extremamente pobres eram analfabetos, enquanto em Minas Gerais esse percentual era 8,8. Em 2017, verifica-se, por um lado, uma queda relativa no total de analfabetos residentes em domicílios considerados extremamente pobres no país e a manutenção da proporção em Minas Gerais. Por outro lado, ainda em 2017, assiste-se a um agravamento na RMBH e em Belo Horizonte, com patamares de analfabetos de 6,4 e 3,5%, respectivamente - crescimento de 26,5 e de 143,6%, respectivamente.

Entre o total de pobres, em 2016, havia, no país, 13,9% de analfabetos e em Minas Gerais, 6,8%. Já em 2017, esses percentuais passaram para 12,5 e 8,0%, respectivamente, ou seja, houve uma melhora no quadro de analfabetismo no país e uma piora no Estado. Belo Horizonte foi um caso à parte, haja vista que houve diminuição absoluta no número de pobres analfabetos, mas um incremento no total de pobres, contribuindo para a variação abrupta das proporções, de 8,0, em 2016, para 1,0%, em 2017.

Gráfico 9: População residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres e pobres que não sabia ler e escrever – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

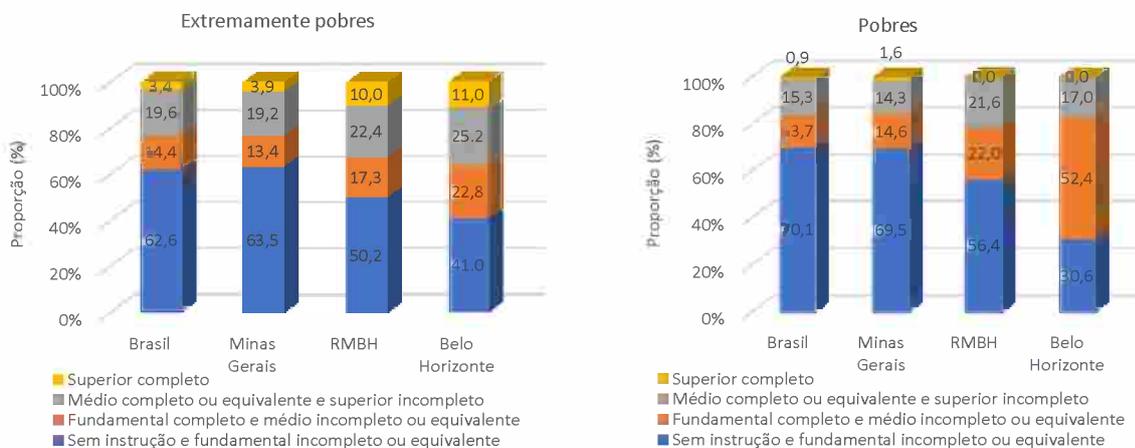
Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

Os Gráficos 10 e 11 apresentam o percentual da população extremamente pobre e pobre, com 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução, em 2016 e 2017, respectivamente. Verifica-se que mais da metade das pessoas do grupo em questão, no Brasil, em Minas Gerais e na RMBH não tinha instrução ou possuía ensino fundamental incompleto, no ano de 2016, principalmente entre os pobres, em que o percentual de pessoas com nível superior foi maior que 1% somente em Minas Gerais.

Em relação a 2017, observa-se uma diminuição no percentual de pessoas sem instrução e fundamental incompleto, nos dois grupos populacionais analisados. A exceção é Belo Horizonte, onde houve incremento de 35% de pobres sem instrução e com fundamental incompleto, passando de 30,6, no ano de 2016, para 41,3%, em 2017.

Destaca-se que esse avanço no nível educacional da população em condições de vulnerabilidade de renda não se reflete imediatamente na condição de renda dela. A mudança de tal condição está ligada a fatores estruturais, cujos apontamentos e discussões não fazem parte do escopo deste trabalho.

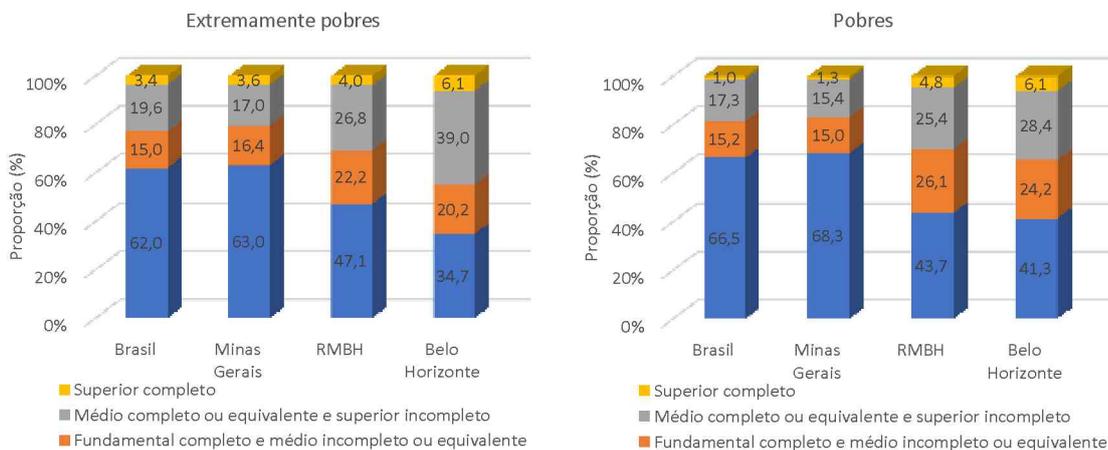
Gráfico 10: População residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres e pobres por nível de escolaridade – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) –2016



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

Gráfico 11: População residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres e pobres por nível de escolaridade – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

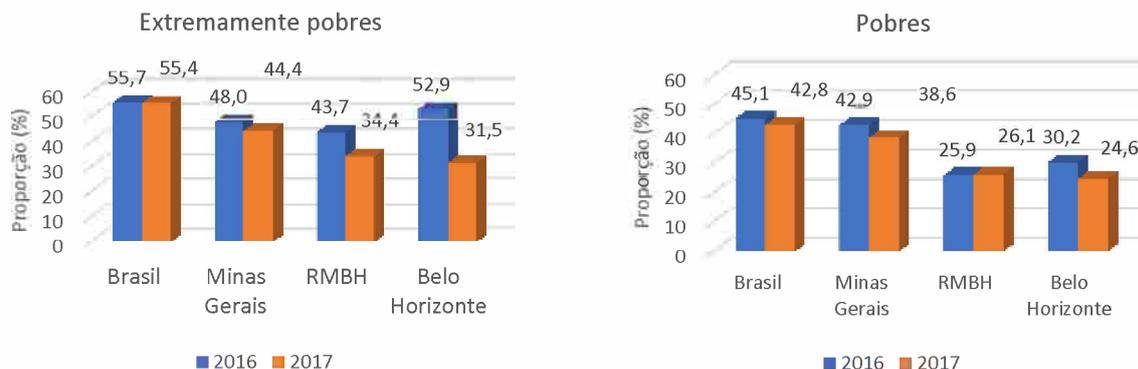
Ao considerar o exercício de atividade laboral como possibilidade de alcance da autonomia e emancipação, exige-se observar o contraponto, ou seja, a ausência de ocupação como fator relevante para desdobramento das demais condições de vulnerabilidade.

O mercado de trabalho brasileiro passou por profundas transformações desde o processo de redemocratização, como apresentado por Carvalho e Fernandes (2018). Os autores discutem a questão da vulnerabilidade ocupacional e salientam que, apesar da melhora nos indicadores de acesso e ocupação no mercado de trabalho de 2004 a 2015, essa tendência sofreu uma inversão nos anos seguintes, especialmente nas regiões metropolitanas.

Pelo Gráfico 12, verifica-se diminuição generalizada dos desocupados residentes em domicílios considerados pobres e extremamente pobres, nas quatro regiões em questão, com exceção da RMBH onde houve ligeiro incremento percentual de desocupados entre os pobres. Atenção deve ser dada aos decrementos relativos de desocupados, que podem indicar movimento bidirecional de pessoas entre grupos: (a) migração da condição de desocupado para a condição de ocupado (dentro da tipologia *na força de trabalho*); ou (b) entre as tipologias *na força de trabalho* e *fora da força de trabalho*, isto é, não necessariamente uma melhoria na condição de desocupação.

Em 2016, em torno de 55,7% dos brasileiros (3,4 milhões de pessoas), com 14 anos ou mais de idade, considerados extremamente pobres, encontravam-se desocupados. Já entre os pobres, esse percentual era de 45,1% (2,7 milhões de habitantes). O Gráfico 12 mostra que, em Minas Gerais, a proporção de pessoas extremamente pobres e pobres que não estava trabalhando, na semana de referência da pesquisa, era de 48,0 (256,8 mil pessoas) e 42,9% (163,7 mil pessoas), respectivamente. Em 2017, entretanto, houve diminuição percentual de 7,4 e 10,0%, nessa ordem, atingindo 44,4 (244,2 mil habitantes) e 36,8% (148,4 mil pessoas) dos grupos analisados.

Gráfico 12: Proporção de população de 14 anos ou mais de idade desocupada, residente em domicílios particulares permanentes considerados extremamente pobres e pobres na semana de referência – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Ao desagregar as taxas de desocupação por sexo, verifica-se que, entre os pobres e extremamente pobres, por um lado, ocorreu a diminuição relativa dos desocupados entre os homens e, por outro lado, houve incremento de mulheres desocupadas, em relação ao total da força de trabalho.

A Tabela 4 mostra que em 2016, no Brasil, em Minas Gerais, na RMBH e em Belo Horizonte, a maioria das pessoas residentes em domicílios extremamente pobres que se encontravam na força de trabalho, mas estavam desocupadas, eram homens. Entre os pobres, por sua vez, a predominância era das mulheres, com exceção do Brasil. Já em 2017, observa-se uma configuração ligeiramente diferente, com as mulheres desocupadas sendo a maioria entre os extremamente pobres residentes na RMBH e na capital do Estado, participando com 51,7 e 66,5% do total da força de trabalho, respectivamente – aumento, de 26,8 e de 60,4%, na devida ordem, no período de um ano. Entre os pobres, as mulheres continuaram sendo a maioria, com exceção do Brasil, e, assim como para os extremamente pobres, as regiões onde houve maior incremento de mulheres desocupadas, em relação ao total de população na força de trabalho, foram a RMBH e Belo Horizonte, com aumento de 27,5 e 23,0% – feminização da pobreza.

Tabela 4: Proporção de população de 14 anos ou mais de idade desocupada, residente em domicílios particulares permanentes considerados extremamente pobres e pobres na semana de referência, por sexo – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte – 2016/2017

Regiões	2016		2017		Variação 2016/2017	
	Extremamente pobres (%)	Pobres (%)	Extremamente pobres (%)	Pobres (%)	Extremamente pobres (%)	Pobres (%)
Brasil						
Masculino	58,8	52,0	56,9	45,5	-3,1	-12,5
Feminino	41,2	48,0	43,1	54,5	4,5	13,5
Minas Gerais						
Masculino	61,6	42,5	57,5	42,4	-6,6	-0,2
Feminino	38,4	57,5	42,5	57,6	10,7	0,1
RMBH						
Masculino	59,3	42,1	48,3	26,2	-18,4	-37,8
Feminino	40,7	57,9	51,7	73,8	26,8	27,5
Belo Horizonte						
Masculino	58,6	41,5	33,5	28,1	-42,7	-32,4
Feminino	41,4	58,5	66,5	71,9	60,4	23,0

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A Tabela 5 mostra a taxa de desocupação para brancos e negros (pardos e pretos), nas regiões analisadas e para os anos de 2016 e 2017. Verifica-se a predominância dos negros desocupados nas quatro regiões em questão e nas categorias de pobre e extremamente pobres. Destaca-se o município de Belo Horizonte, onde, em 2016, os negros representavam, entre os pobres, a totalidade dos desocupados e em 2017, aproximadamente 95,9% – única região com diminuição percentual de desocupados negros.

As variações relativas das taxas de desocupação revelam queda generalizada da desocupação entre os brancos, tanto entre os extremamente pobres, quanto entre os pobres, sobremaneira em Minas Gerais e na RMBH.



Tabela 5: Proporção de população de 14 anos ou mais de idade desocupada, residente em domicílios particulares permanentes considerados extremamente pobres e pobres na semana de referência por cor – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte – 2016/2017

Regiões	2016		2017		Variação 2016/2017	
	Extremamente pobres (%)	Pobres (%)	Extremamente pobres (%)	Pobres (%)	Extremamente pobres (%)	Pobres (%)
Brasil						
Branca	27,5	24,1	26,9	21,7	-2,0	-9,9
Negros	72,1	75,4	72,3	77,3	0,2	2,5
Minas Gerais						
Branca	26,0	34,0	16,9	14,9	-35,1	-56,2
Negros	74,0	66,0	82,7	85,1	11,8	28,9
RMBH						
Branca	21,3	33,7	11,0	17,0	-48,2	-49,6
Negros	78,7	66,3	87,6	83,0	11,3	25,2
Belo Horizonte						
Branca	26,9		20,0	4,1	-25,6	...
Negros	73,1	100,0	80,0	95,9	9,4	-4,1

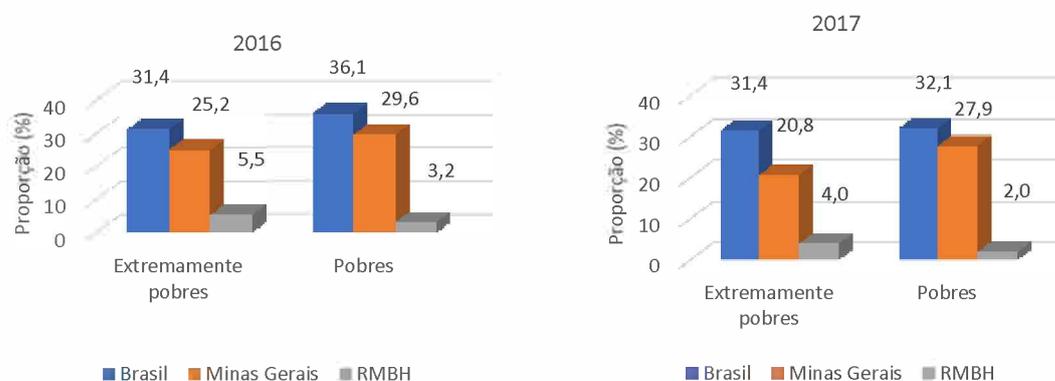
Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O acesso aos serviços de saneamento básico é condição fundamental para a promoção da qualidade de vida das pessoas e a análise de seus indicadores permite uma nítida aproximação das características do ambiente construído. Os dados da PNAD Contínua revelam que, em 2016, no Brasil, 31,4% do total de pessoas consideradas extremamente pobres residiam em domicílios não ligados à rede geral de água (abastecimento por outras formas: poço profundo ou artesiano, poço raso, freático ou cacimba, fonte ou nascente, água da chuva armazenada) e entre os pobres, esse percentual era de 36,1%. Em Minas Gerais, a proporção de extremamente pobres e pobres em tal situação era ligeiramente melhor do que a média nacional, 25,2 e 29,6%, respectivamente. Em 2017, verifica-se leve alteração nos percentuais, com diminuição do déficit da cobertura do serviço de abastecimento de água entre os extremamente pobres residentes em Minas Gerais e RMBH, assim como entre os pobres residentes no Brasil, Minas Gerais e na RMBH. Entre os extremamente pobres e pobres, a maior queda relativa do déficit ocorreu em Minas Gerais (27,1 e 37,4%, na devida ordem), atingindo o patamar de 4,0% e 2,0%, de acordo com a ordem indicada, em 2017 (GRÁFICO 13).

Gráfico 13: População residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres e pobres cujo abastecimento de água era realizado por outras formas – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

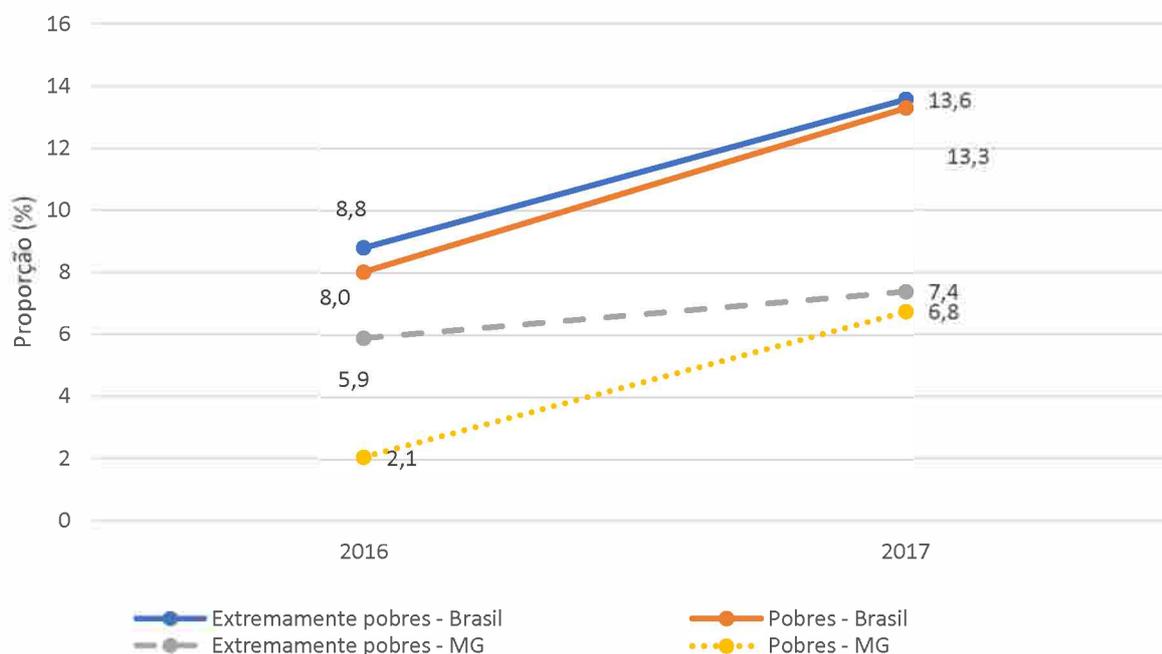
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Notas: Outras formas de abastecimento de água englobam: poço profundo ou artesiano, poço raso, freático ou cacimba, fonte ou nascente e água da chuva armazenada.

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A existência/ausência de banheiros de uso exclusivo dos moradores é outro indicador relevante para a qualidade das moradias. O Gráfico 14 mostra que a proporção de pessoas residindo em domicílios extremamente pobres e pobres, sem banheiro, aumentou entre 2016 e 2017, sobremaneira no Brasil e em Minas Gerais, respectivamente. Enquanto a proporção de pessoas extremamente pobres residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo, no Brasil, em 2016, era de 8,8%, no estado de Minas Gerais, ela era de 5,9%. Em 2017, esses números passaram para 13,6 e 7,4%, na devida ordem – incremento de 54,1 e 25,3%. Em relação aos pobres, o incremento foi ainda maior, passando de 8,0%, no Brasil, em 2016, para 13,3%, em 2017, e de 2,1 para 6,8%, em Minas Gerais, no mesmo período – crescimento de 65,6 e de 224,2%, de acordo com a ordem indicada.

Gráfico 14: População residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres e pobres sem banheiro de uso exclusivo – Brasil e Minas Gerais (%) – 2016/2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

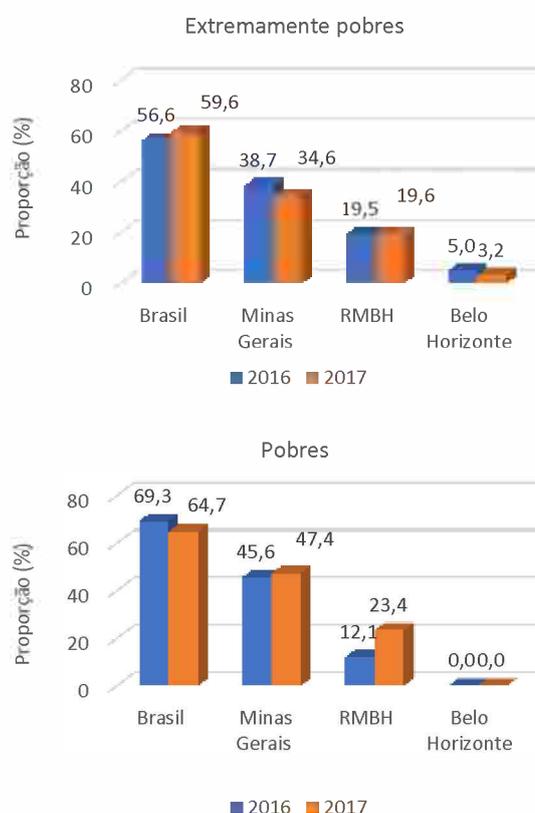
Nota: Na RMBH e na cidade de Belo Horizonte não havia pessoas residindo em domicílios extremamente pobres e pobres, sem banheiro de uso exclusivo, em 2016 e 2017.

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

A situação de *déficit* dos afastamentos dos esgotos sanitários é apresentada no Gráfico 15. Observa-se que, em 2016, mais da metade da população brasileira residente em domicílios considerados extremamente pobres utilizava soluções inadequadas para o lançamento dos esgotos (fossas não ligadas à rede, vala, rios, lagos ou mar e outras formas). Em Minas Gerais, esse percentual era menor (38,7%), assim como na RMBH (19,5%) e na capital de Minas Gerais (5,0%). Em 2017, no Brasil, houve agravamento da situação de *déficit*, atingindo 59,6% do total de extremamente pobres – incremento relativo de 5,3% no período, ao passo que nas demais regiões observou-se uma diminuição, principalmente em Belo Horizonte.

Em relação aos pobres, verificam-se condições mais precárias em relação aos extremamente pobres, com exceção da RMBH e dos residentes em Belo Horizonte. Em 2016, no Brasil, cerca de 69,3% dos pobres residiam em domicílios com formas inadequadas de afastamento dos esgotos sanitários e, em 2017, esse contingente era de 64,7%, ou seja, houve uma leve melhora no período de um ano. Por outro lado, em Minas Gerais observa-se incremento da população pobre residente em domicílios sem rede geral de esgotamento sanitário, passando de 45,6%, em 2016, para 47,4%, em 2017, assim como na RMBH, com 12,1% de domicílios deficitários do serviço, em 2016, e 23,4%, no ano de 2017.

Gráfico 15: População residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres e pobres com formas inadequadas de afastamento dos esgotos sanitários – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) –2016/2017



Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).  
Nota: As outras formas de escoamento para os dejetos provenientes de banheiros/sanitários/buracos eram: fossas não ligas à rede, vala, rios, lagos ou mar e outras formas.  
Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

A situação da coleta dos resíduos sólidos domiciliares é indicada na Tabela 6. Em 2016, no Brasil, aproximadamente 31% dos moradores em domicílios considerados extremamente pobres não contavam com qualquer serviço de coleta dos resíduos sólidos, ou seja, o lixo era queimado (na propriedade), enterrado (na propriedade), jogado em terreno baldio ou logradouro e/ou recebia outro destino. Entre os pobres, esse percentual era ainda maior, de 35,7%. Em Minas Gerais e na RMBH, a proporção de pessoas extremamente pobres sem serviço de coleta de lixo era menor que a média nacional, 25,8 e 8,1%, respectivamente, assim como a proporção de pobres nessa situação. Em Belo Horizonte, o *déficit* do serviço entre os extremamente pobres era de 1,6%, em 2016, e entre os pobres, não havia.

Tabela 6: População residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres e pobres por destino do lixo – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) –2016

Regiões	2016					
	Extremamente pobres			Pobres		
	Coleta direta	Coleta indireta	Outros destinos	Coleta direta	Coleta indireta	Outros destinos
Brasil	59,6	9,3	31,0	54,8	9,5	35,7
Minas Gerais	67,7	6,6	25,8	61,8	6,3	31,9
RMBH	86,6	5,4	8,1	96,8	0,0	3,2
Belo Horizonte	98,4	0,0	1,6	100,0	0,0	0,0

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: Outros destinos: queimado (na propriedade), enterrado (na propriedade), jogado em terreno baldio ou logradouro e outro destino.

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

Em 2017, verifica-se melhora no indicador, com queda no percentual de domicílios sem coleta de lixo, tanto entre os extremamente pobres quanto entre os pobres (TABELA 7). Não obstante, enquanto entre os extremamente pobres, no Brasil e em Belo Horizonte, observa-se aumento relativo da população residente em domicílios com coleta indireta de resíduos (lixo coletado em caçamba de serviço de limpeza), entre os pobres há incremento no Brasil, Minas Gerais e RMBH e concomitante diminuição percentual de moradores em domicílios com coleta direta.

Tabela 7: População residente em domicílios particulares permanentes extremamente pobres e pobres, por destino do lixo – Brasil, Minas Gerais, RMBH e Belo Horizonte (%) –2017

Regiões	2017					
	Extremamente pobres			Pobres		
	Coleta direta	Coleta indireta	Outros destinos	Coleta direta	Coleta indireta	Outros destinos
Brasil	58,8	10,5	30,8	57,4	11,2	31,4
Minas Gerais	74,7	4,1	21,2	62,9	6,9	30,2
RMBH	92,8	3,1	4,1	84,1	13,9	2,0
Belo Horizonte	94,6	5,4	0,0	100,0	0,0	0,0

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: Outros destinos: queimado (na propriedade), enterrado (na propriedade), jogado em terreno baldio ou logradouro e outro destino.

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

### 3.2 Vulnerabilidade sob a ótica do Cadastro Único (CadÚnico), 2016 e 2017

No período entre 2016 e 2017, os dados referentes a indivíduos e famílias de baixa renda, constantes no CadÚnico<sup>5</sup> do Governo Federal, apresentaram uma redução no quantitativo da população de baixa renda cadastrada no estado de Minas Gerais, impulsionada pela diminuição do número de cadastrados residentes no interior do Estado. No total, houve uma redução de 1,9% do número de pessoas de baixa renda

<sup>5</sup> Segundo o Ministério da Cidadania/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, nas bases desidentificadas do Cadastro Único com marcação do Bolsa Família, algumas famílias foram removidas em função da repetição.

cadastradas em Minas Gerais, dividida entre: -2,9% de decréscimo no interior (mais de 33,4 mil pessoas) e incremento de 3,3% na RMBH (aproximadamente 7,6 mil pessoas) – Tabela 8.

Tabela 8: População registrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e variação relativa – Minas Gerais, Interior do Estado, RMBH e Belo Horizonte – 2016/2017

Regiões	2016 (abs.) (a)	2017 (abs.) (b)	(b)-(a)	Varição 2016/2017 (%)
Minas Gerais	1 365 946	1 340 123	-25 823	-1,9
Interior do Estado	1 135 680	1 102 185	-33 495	-2,9
RMBH	230 266	237 938	7 672	3,3
Belo Horizonte	81 541	82 600	1 059	1,3

Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte. CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único.

Por um lado, nesse mesmo período, a proporção de população extremamente pobre aumentou cerca de 0,5% em Minas Gerais, com evidências de maior ocorrência no interior do Estado, onde passou de 32,9%, em 2016, para 36,2%, em 2017 – incremento de 6,9%. Por outro lado, na cidade de Belo Horizonte e na RMBH, houve queda significativa no percentual de extremamente pobres, atingindo 36,4 e 36,2%, respectivamente, em 2017. Em Belo Horizonte, o percentual de pobres também decresceu expressivamente entre 2016 e 2017, alcançando o patamar de 10,3% da população cadastrada no CadÚnico, ou seja, verifica-se queda nos dois grupos analisados. Nas demais regiões, verificam-se sinais contrários entre as variações relativas dos grupos em questão, o que pode sinalizar uma transferência de população entre as categorias ( TABELA 9).

Tabela 9: População considerada extremamente pobre e pobre registrada no Cadastro Único e variação relativa – Minas Gerais, Interior do Estado, RMBH e Belo Horizonte – 2016/2017

Regiões	2016		2017		Varição 2016/2017	
	Extremamente pobres (%)	Pobres (%)	Extremamente pobres (%)	Pobres (%)	Extremamente pobres (%)	Pobres (%)
Minas Gerais	35,3	10,5	36,2	10,4	0,5	-2,6
Interior do Estado	32,9	10,5	36,2	10,4	6,9	-3,8
RMBH	47,5	10,3	36,2	10,3	-21,2	3,7
Belo Horizonte	56,2	12,7	36,4	10,3	-34,3	-17,9

Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

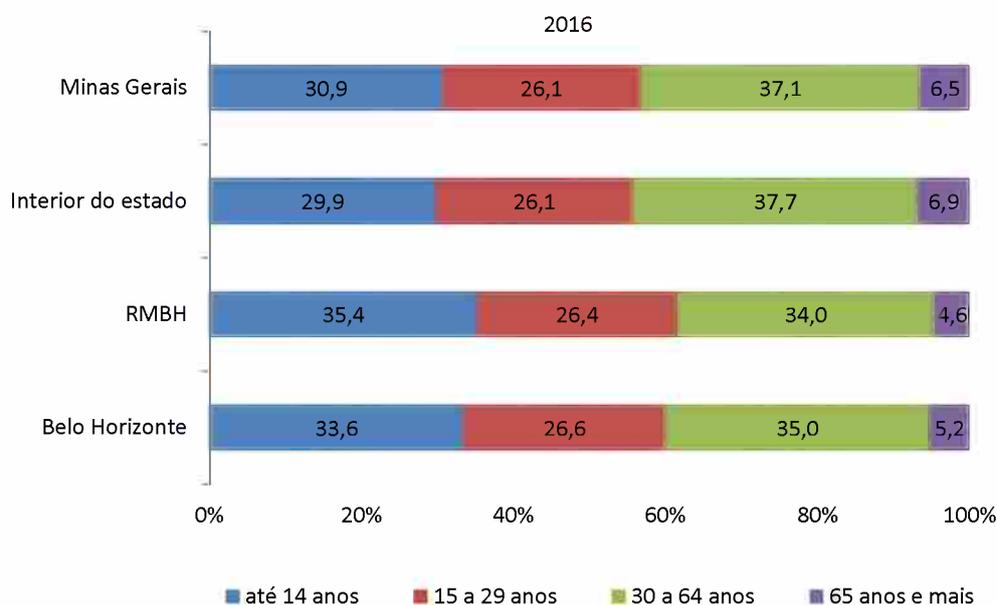
Nota: Na base de 2016 disponibilizada pelo Ministério da Cidadania, em 205 municípios não consta a renda da população, o que representa cerca de 23,4% dos indivíduos.

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

Em 2016, a população em idade produtiva, compreendida entre 15 e 64 anos, representou o maior grupo em situação de vulnerabilidade, sendo mais da metade das pessoas registradas no Cadastro Único, no estado de Minas Gerais (pessoas de 15 a 29 anos – 26,1%; pessoas entre 30 e 64 anos – 37,1%) (GRÁFICO 16). Enquanto a cidade de Belo Horizonte e a RMBH apresentaram percentuais em torno de 60%, o interior do Estado apresentou uma concentração de 63,8% de pessoas nessa faixa etária.



Gráfico 16: População registrada no Cadastro Único por grupos etários – Minas Gerais, Interior do Estado, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016



Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

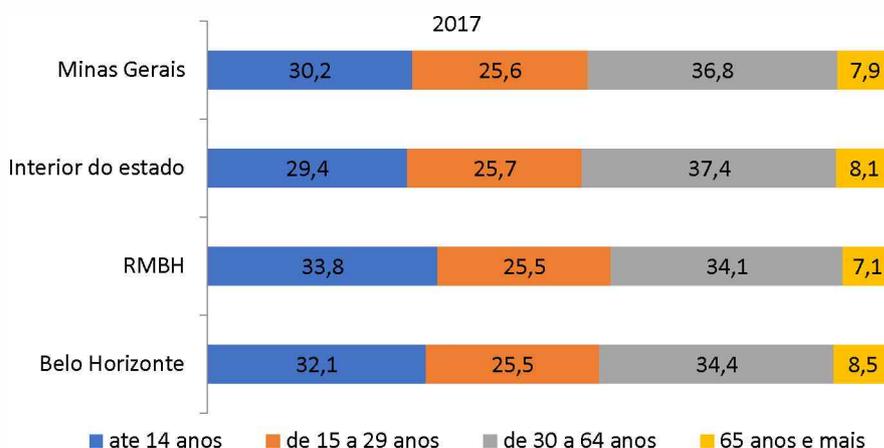
Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte. CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Apesar da redução no total de pessoas de baixa renda inscritas no CadÚnico, em Minas Gerais e interior do Estado (TABELA 8), verifica-se manutenção dos percentuais da população em idade produtiva entre 2016 e 2017. Ainda entre esses anos, os dados revelam um aumento no percentual da população idosa, com redução do percentual do grupo compreendido por crianças e adolescentes até 14 anos de idade (GRÁFICO 17).

Destaca-se que, em 2017, os dados referentes ao aumento do contingente populacional da pessoa idosa no CadÚnico resulta da Portaria Interministerial Nº 2 - MDSA/MPDG/MF, de 07.11.2016<sup>6</sup>, que altera a revisão para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. A partir dessa portaria, o critério para análise da renda familiar, a fim de pleitear o acesso ao BPC, passou ser feito por meio da renda familiar registrada no Cadastro Único e não mais pela renda auto declarada pelo beneficiário. Dessa forma, tornou-se obrigatória e condicionante a inscrição no CadÚnico, tendo sido instituído o ano de 2017 para convocação, pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, para realizar o cadastro das pessoas idosas.

<sup>6</sup> Portaria Interministerial Nº 2 - MDSA/MPDG/MF DE 07.11.2016 - Disciplina novas regras sobre o requerimento e a revisão do Benefício de Prestação Continuada de assistência social. Disponível em <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Portaria-intermin-2-mdsa-mpdg-mf-2016.htm>.

Gráfico 17: População registrada no Cadastro Único por grupos etários – Minas Gerais, Interior do Estado, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2017



Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

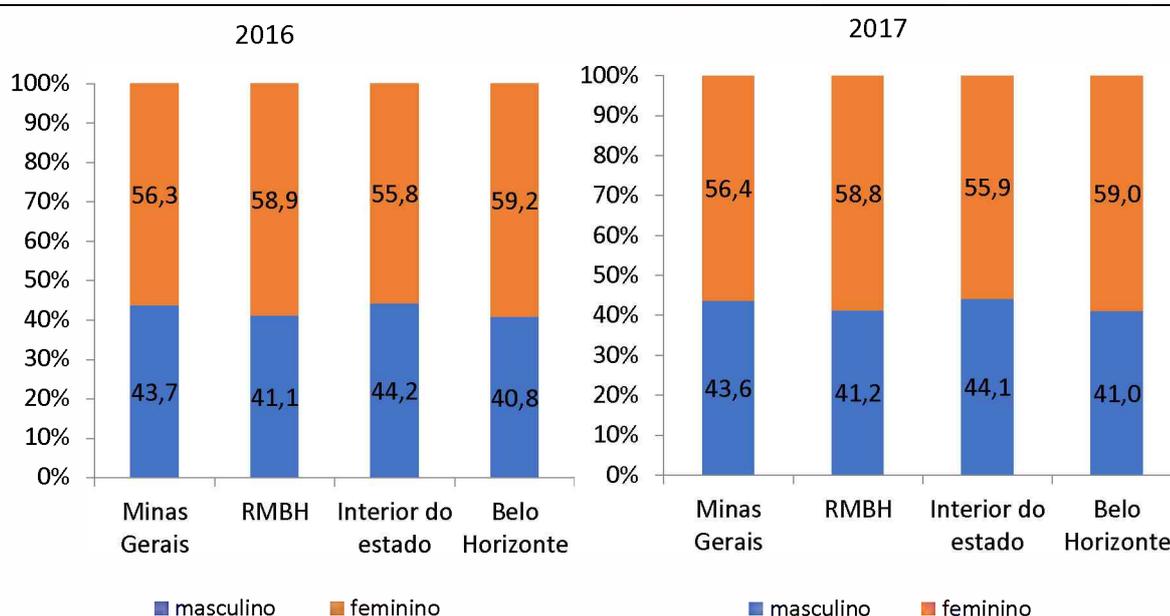
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte. CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Ao analisar a distribuição relativa das pessoas de baixa renda, por sexo, entre 2016 e 2017, verifica-se manutenção dos percentuais no Estado, com predominância das mulheres. Em Minas Gerais, nos dois períodos analisados, elas representavam cerca de 56% das pessoas cadastradas. Na RMBH e em Belo Horizonte, as proporções eram superiores à média estadual, 58,9 e 59,2%, em 2016, e 58,8 e 59,0%, em 2017, respectivamente. No interior do Estado, as mulheres participavam com 55,8% do total de pessoas em situação de vulnerabilidade de renda.



Gráfico 18: População de baixa renda segundo o Cadastro Único por sexo – Minas Gerais, Interior do Estado, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

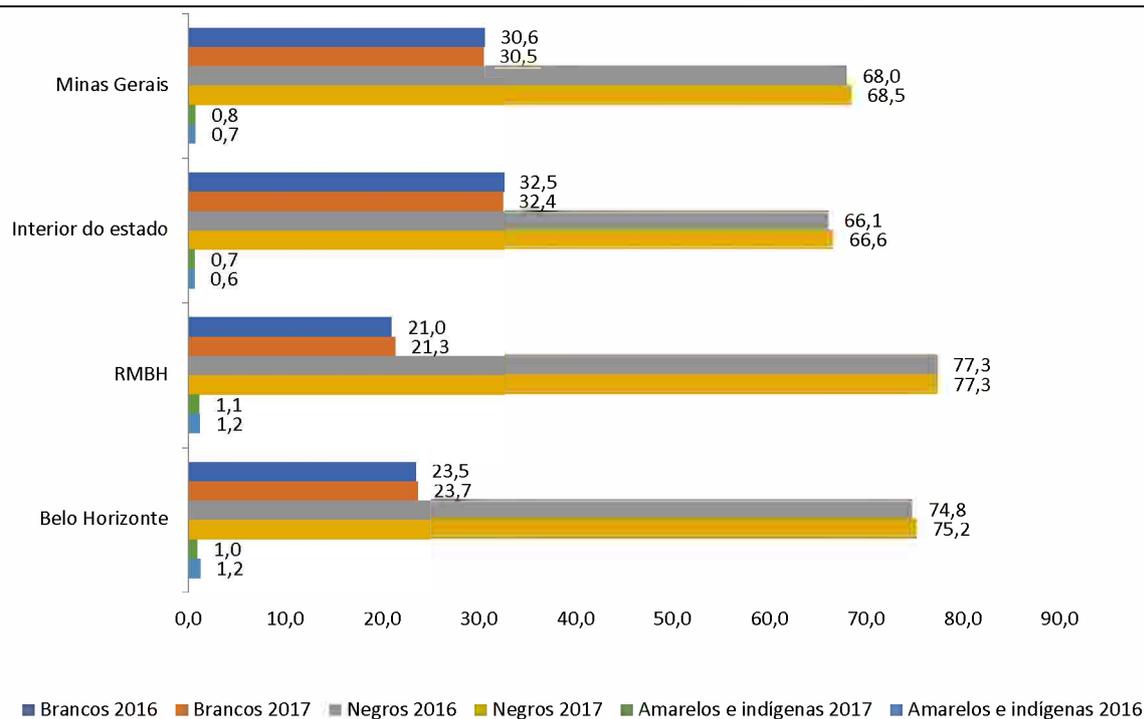
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte. CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

No que se refere às características fenotípicas, a partir das quais as pessoas atribuem-se a condição de raça/cor no Brasil, observa-se o predomínio de pessoas que se auto declararam como negras na população de baixa renda.

Entre os anos de 2016 e 2017 não ocorreu alteração significativa na estrutura da população em situação de vulnerabilidade de renda no que se refere à cor/raça autodeclarada nas regiões analisadas (GRÁFICO 19).

Gráfico 19: População de baixa renda segundo o Cadastro Único, por raça/cor – Minas Gerais, RMBH, Interior do Estado e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

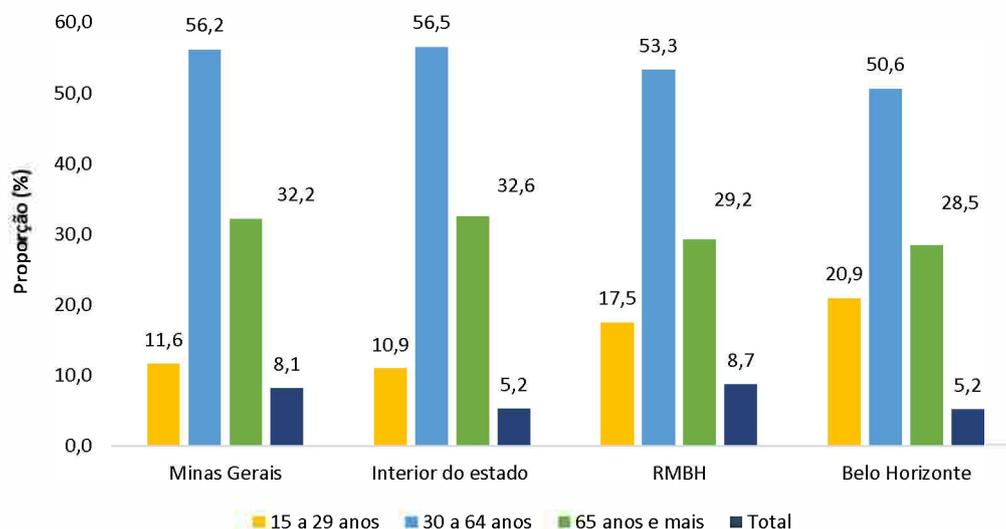
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte. CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Os dados evidenciam a predominância de pessoas negras entre o total de pessoas de baixa renda em todas as regiões analisadas. A RMBH foi a região com os maiores percentuais de pessoas de baixa renda que se autodeclararam negras (77,3%), tanto em 2016 quanto em 2017, seguida por Belo Horizonte, com 74,8 e 75,2%, respectivamente, e Minas Gerais, com 68,0% e 68,5%, na devida ordem.

Em relação ao analfabetismo, os dados revelam que, em 2016, cerca de 8,1% da população de Minas Gerais, inscrita no CadÚnico, eram analfabetas. Na RMBH, esse percentual era ligeiramente superior à média estadual (8,7%) e no interior do Estado e em Belo Horizonte, as proporções eram as mesmas, de 5,2%. Verifica-se que mais da metade dos analfabetos do CadÚnico eram adultos, principalmente entre aqueles residentes no interior do Estado, com percentual de 56,5%. Em relação aos jovens, destaque para Belo Horizonte, com 20,9% de analfabetos entre 15 e 29 anos (GRÁFICO 20).

Gráfico 20: População de baixa renda segundo o Cadastro Único com 15 anos ou mais de idade pela condição de analfabetismo – Minas Gerais, RMBH, interior do Estado e Belo Horizonte (%) – 2016



Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

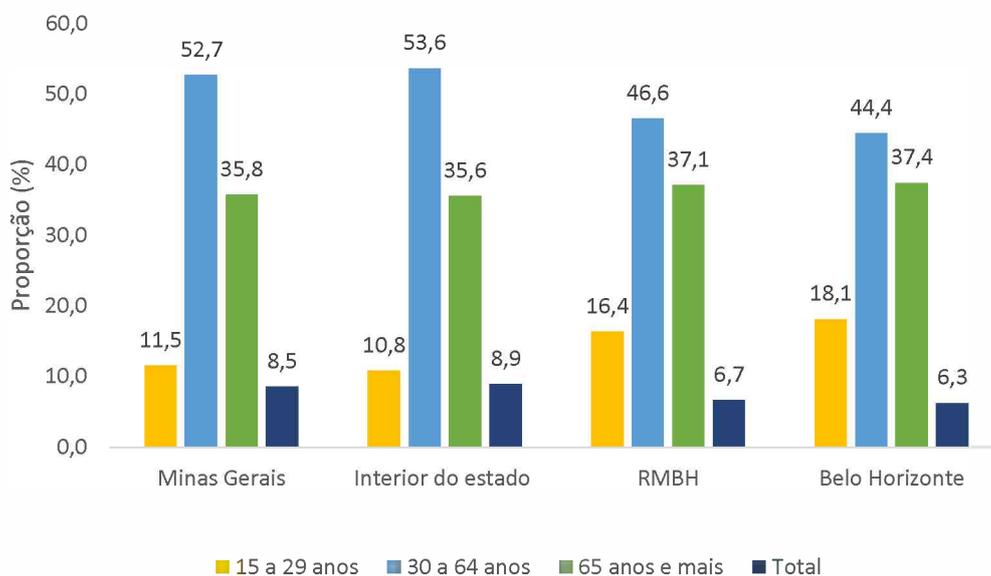
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte. CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

O Gráfico 21 mostra que houve aumento relativo, entre as pessoas registradas no CadÚnico, de 2016 a 2017, no total de analfabetos nas regiões em questão, com exceção da RMBH, onde o percentual de analfabetos passou de 8,7%, em 2016, para 6,7%, em 2017. Ou seja, a redução do quantitativo de pessoas inscritas no CadÚnico, em Minas Gerais e no interior do Estado, não significou a redução dessa parcela, pelo contrário. Verifica-se incremento relativo de 4,9 e de 9,5%, respectivamente, no total de analfabetos cadastrados no CadÚnico, no período de um ano.

Desagregando os dados por faixa etária, observa-se a manutenção da preponderância da população em idade produtiva (entre 30 e 64 anos) e crescimento de mais de 100% do grupo de idosos (65 anos e mais de idade) em todas as regiões, especialmente em Belo Horizonte e na RMBH, atingindo o patamar de 37,1 e de 37,4%, nessa ordem.

Gráfico 21: População de baixa renda pelo cadastro Cadastro Único com 15 anos ou mais de idade pela condição de analfabetismo – Minas Gerais, RMBH, interior do estado e Belo Horizonte (%) – 2017



Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

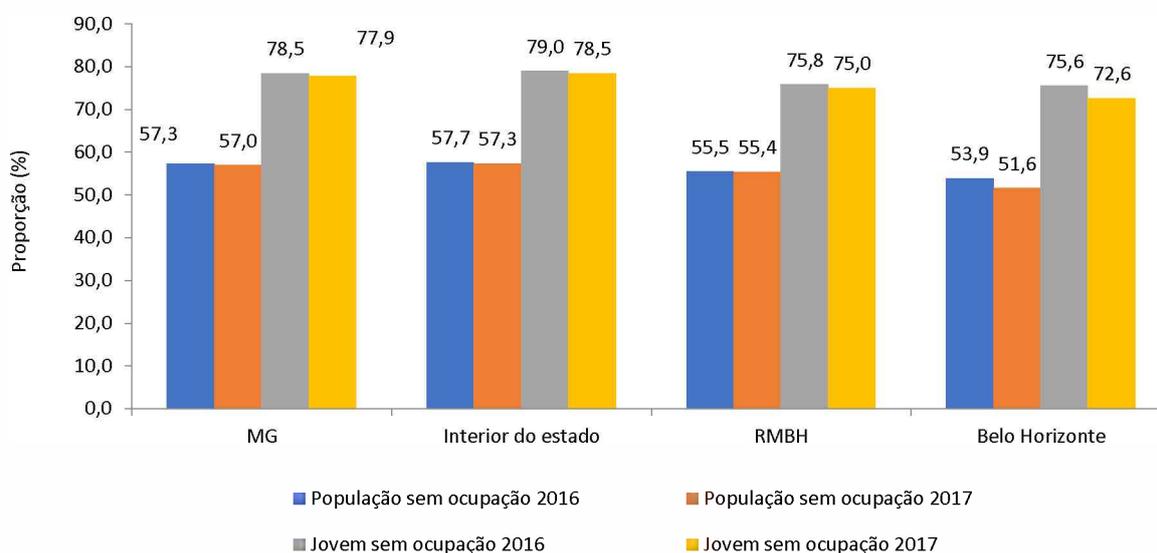
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte. CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Conforme mencionado anteriormente, em princípio, entende-se que o aumento de pessoas idosas cadastradas refletiu o incremento de pessoas desse grupo que são analfabetas, visto que as políticas de obrigatoriedade do acesso à educação, com sistema de controle de garantia de direitos, em especial às crianças e adolescentes, remetem aos últimos 30 anos. Ou seja, no Brasil, há uma concentração de pessoas em situação de analfabetismo com idade superior a 30 anos, em relação aos grupos mais jovens. Outrossim, houve a exigência de inserção no cadastro para pessoas idosas a fim de acesso a benefícios.

Em relação ao mercado de trabalho, os dados referentes aos indivíduos de baixa renda registrados no CadÚnico mostram que houve leve queda no percentual de pessoas sem ocupação em Minas Gerais, no interior do Estado e na RMBH. Porém, em Belo Horizonte, houve uma diminuição menos modesta nos percentuais do total de desocupados e dos jovens desocupados. No primeiro caso, o decremento relativo foi de 4,4%, alcançando o patamar de 51,6%, em 2017, e no segundo caso, de 4,1%, atingindo 72,6%, nesse mesmo ano (GRÁFICO 22).

Gráfico 22: População sem ocupação segundo o Cadastro Único – Minas Gerais, RMBH, interior do Estado e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

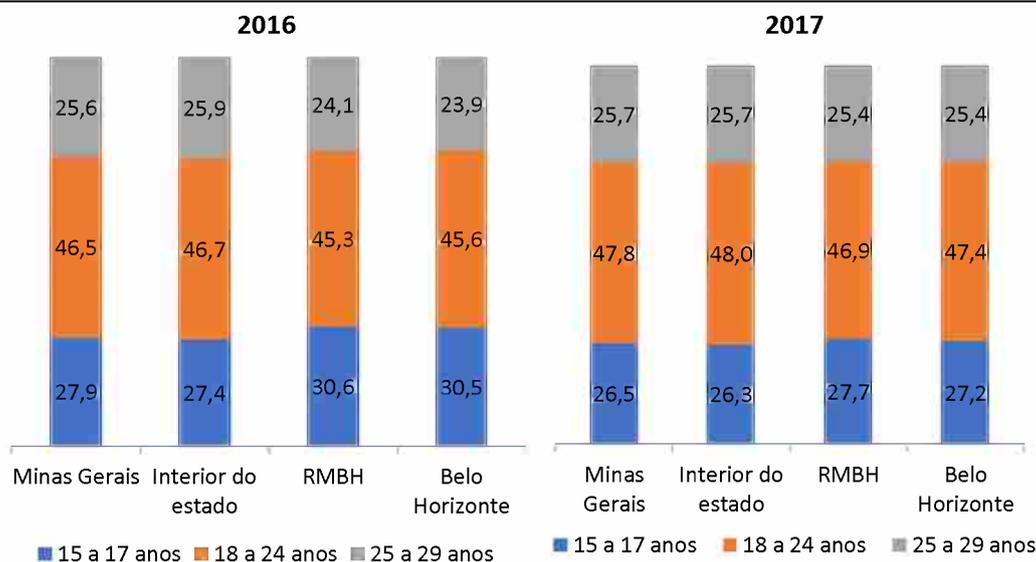
Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte. CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

### 3.3 Vulnerabilidade ocupacional na população jovem sob a ótica do Cadastro Único (CadÚnico) - 2016 e 2017

De acordo com os dados de Projeções Populacionais da Fundação João Pinheiro, nos anos de 2016 e 2017, a população jovem de Minas Gerais representava 25% da população total do Estado (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018). De maneira proporcional, entre a população de baixa renda de Minas Gerais inscrita no CadÚnico, o segmento jovem de 15 a 29 anos correspondeu a 25%, ou seja, percentual aproximado daquele do estado de Minas Gerais.

Entre as três faixas etárias (15 a 17, 18 a 24 e 25 a 29 anos) que compõem a população jovem do CadÚnico, as pessoas com idade entre 18 e 24 anos eram o maior contingente populacional nas regiões analisadas, representando mais de 45% do total de jovens. As demais categorias participavam, em média, com 25% do total. Verifica-se pouca variação de pontos percentuais, entre um ano e outro, mas observa-se uma tendência clara de envelhecimento da população de baixa renda inserida no CadÚnico do Estado (GRÁFICO 23).

Gráfico 23: População jovem segundo o Cadastro Único, por faixa etária – Minas Gerais, RMBH, interior do estado e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



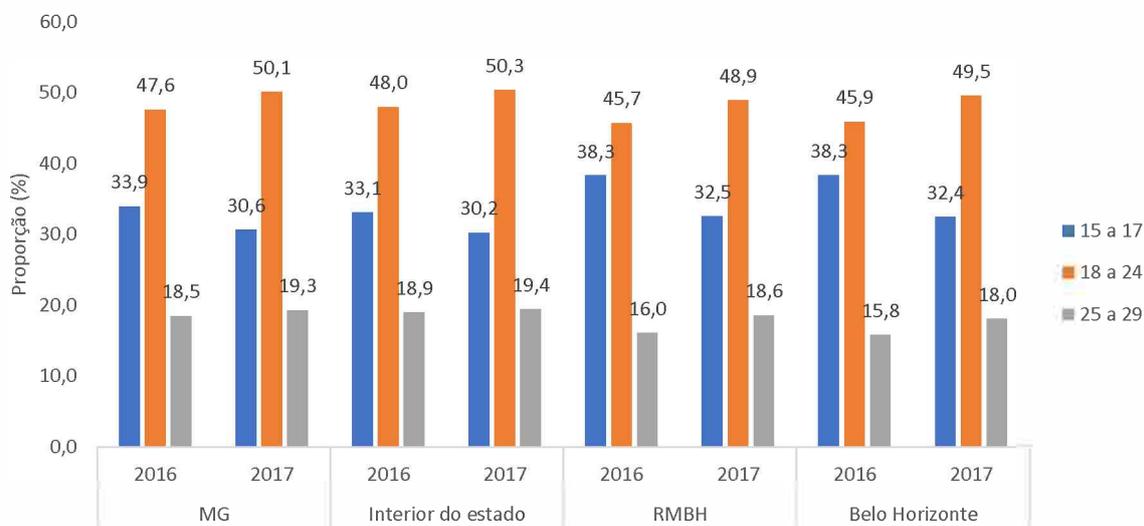
Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte. CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Sob o aspecto da desocupação, entre os jovens cadastrados no CadÚnico, residentes em Minas Gerais, bem como nas demais regiões analisadas, observa-se predominância daqueles com idade entre 18 e 24 anos. Em 2016, em Minas Gerais, do total de jovens em situação de vulnerabilidade de renda, 47,6% dos desocupados tinham entre 18 e 24 anos de idade. Em 2017, a participação desse grupo ultrapassou 50,0% do total dos jovens desocupados (GRÁFICO 24).

Gráfico 24: População jovem de baixa renda sem ocupação, segundo o Cadastro Único, por faixa etária – Minas Gerais, RMBH, interior do Estado e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

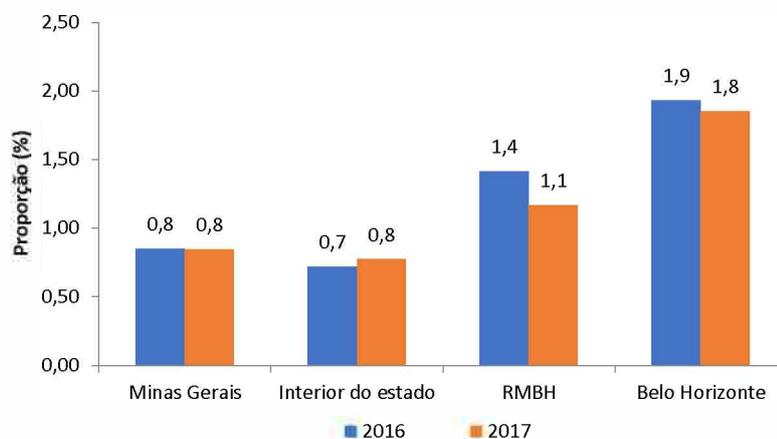
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

Considerando o objeto desta seção – vulnerabilidade ocupacional – delinea-se, a seguir, a abordagem a partir dos jovens de baixa renda que se encontravam ocupados, na semana de referência, e os tipos de ocupação.

Conforme demonstrado anteriormente, em 2016, os jovens registrados no CadÚnico representavam aproximadamente 26% do total da população inscrita no cadastro, ou seja, 355,1 mil jovens encontravam-se em situação de vulnerabilidade de renda no Estado. Entre eles, 27,9% (99,0 mil) tinham entre 15 e 17 anos de idade e somente 0,8% desse total estavam ocupados, no mesmo ano. No interior do Estado, esse percentual era ainda menor (0,7 e 0,8%, em 2016 e 2017, respectivamente) (GRÁFICO 25).

Gráfico 25: População jovem de 15 a 17 anos, de baixa renda ocupada – Minas Gerais, interior do Estado, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



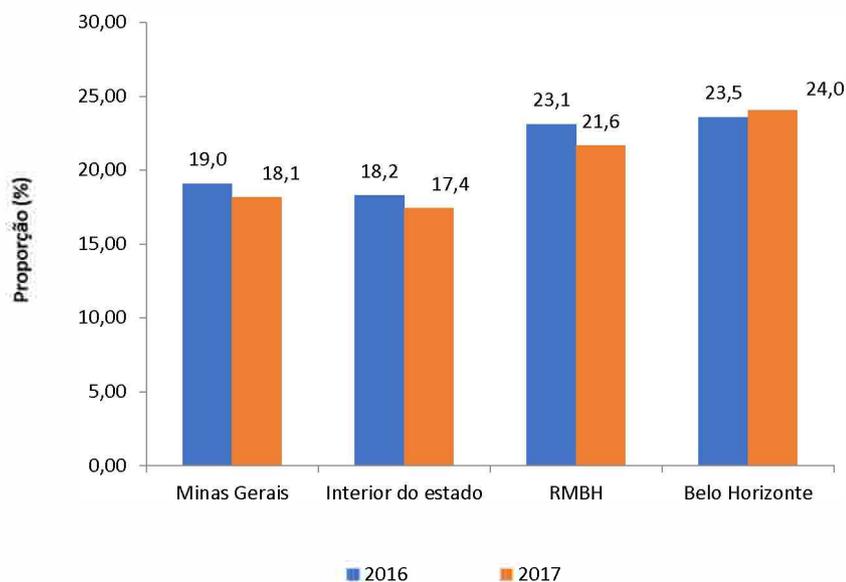
Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Do total de jovens em situação de vulnerabilidade monetária, em Minas Gerais, em 2016, cerca de 46,5% tinham entre 18 e 24 anos de idade, isto é, 165,1 mil pessoas. Pelo Gráfico 26 verifica-se que somente cerca de 20% deles encontravam-se ocupados, nesse mesmo ano. Na RMBH e em Belo Horizonte, esse percentual era ligeiramente superior, mas não alcançava 25% do total desses jovens. Em 2017, observa-se piora do quadro de ocupação dos jovens desse grupo etário, com exceção de Belo Horizonte, onde o percentual de ocupados sofreu leve incremento, passando de 23,5%, em 2016, para 24,0%, em 2017.

Gráfico 26: População jovem de 18 a 24 anos de baixa renda ocupada segundo o Cadastro Único – Minas Gerais, interior do Estado, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



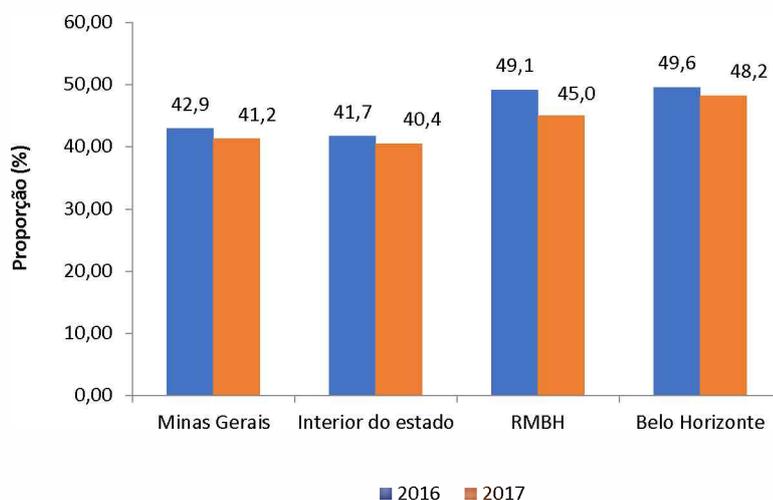
Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte

Entre o total de jovens vulneráveis, em 2016, em Minas Gerais, 90,9 mil deles possuíam entre 25 e 29 anos de idade e, entre as três categorias etárias analisadas, era o grupo com o mais elevado percentual de ocupados (42,9%). Na RMBH e em Belo Horizonte, esse percentual era maior que a média estadual, em torno de 49%, em ambos os períodos. Verifica-se variação negativa entre 2016 e 2017, nas quatro regiões em questão, ou seja, observa-se diminuição percentual dos ocupados nessa faixa etária, principalmente na RMBH, onde a proporção de ocupados passou de 49,1%, em 2016, para 45,0%, em 2017.

Gráfico 27: População jovem de 25 a 29 anos, de baixa renda, ocupada – Minas Gerais, interior do Estado, RMBH e Belo Horizonte (%) – 2016/2017



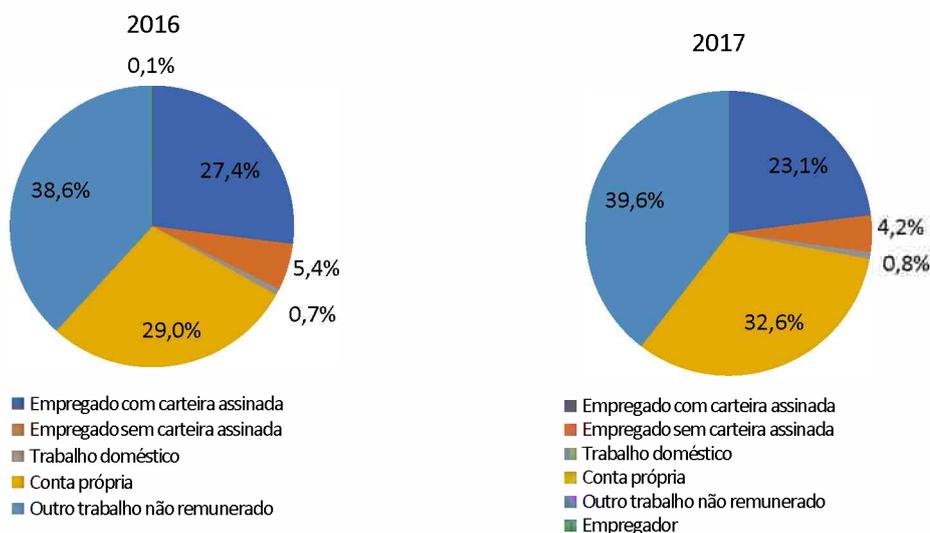
Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Em relação ao tipo de ocupação, o Gráfico 28 mostra que, entre os jovens com idade compreendida entre 15 e 17 anos, houve aumento em dois tipos de ocupação no estado de Minas Gerais. A primeira se refere à categoria *outro trabalho não remunerado* – que se refere aos aprendizes, aos estagiários ou aos que ajudam instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, mesmo sendo uma hora por semana – que passou de 38,6%, em 2016, para 39,6%, em 2017. O outro tipo de ocupação que sofreu incremento foi o *por conta própria* (autônomos e pessoas que trabalham explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado) que atingiu o patamar de 32,6%, em 2017. Provavelmente esses jovens não conseguiram se inserir em outras atividades e, para não ficarem desocupados, optaram pelo próprio negócio. Nos demais tipos de ocupação houve pequenas quedas nos percentuais entre 2016 e 2017, incluindo o tipo de trabalho com carteira assinada.

Gráfico 28: População jovem entre 15 e 17 anos registrada no CadÚnico por tipo de ocupação – Minas Gerais (%) – 2016/2017



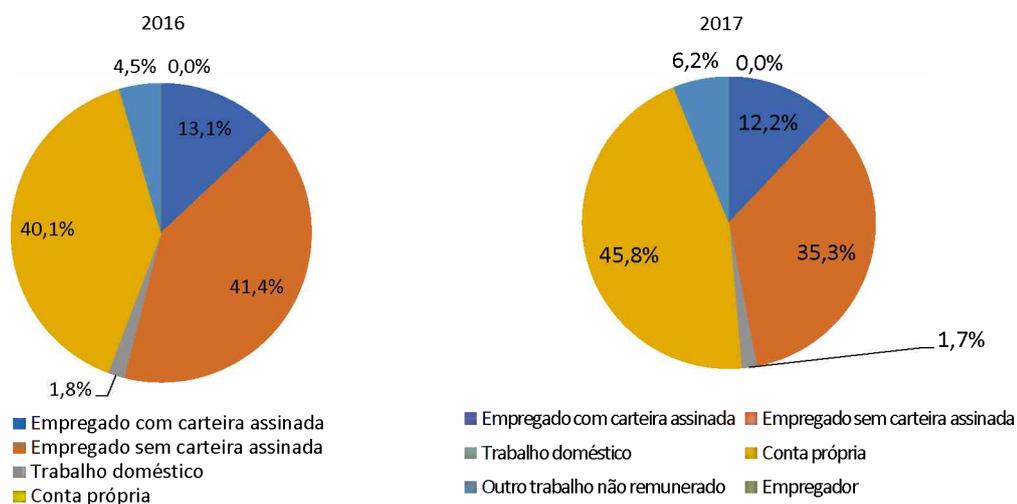
Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte. CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Entre os jovens de 18 a 24 anos, de baixa renda, ocupados, do estado de Minas Gerais, cadastrados no CadÚnico, houve queda no tipo de *trabalho sem carteira assinada* passando de 41,4 para 35,3%. O tipo de ocupação *com carteira assinada* teve uma queda menor entre os anos de 2016 e 2017, passando de 13,1 para 12,2%. Assim como ocorreu com o grupo de 15 a 17 anos de idade, observa-se elevação do percentual de pessoas do grupo etário em análise que passou para o tipo de ocupação por *conta própria*, que foi de 40,1 para 45,7%, entre 2016 e 2017 (GRÁFICO 29).

Gráfico 29: População jovem entre 18 e 24 anos segundo o Cadastro Único, Minas Gerais (%) – 2016/2017



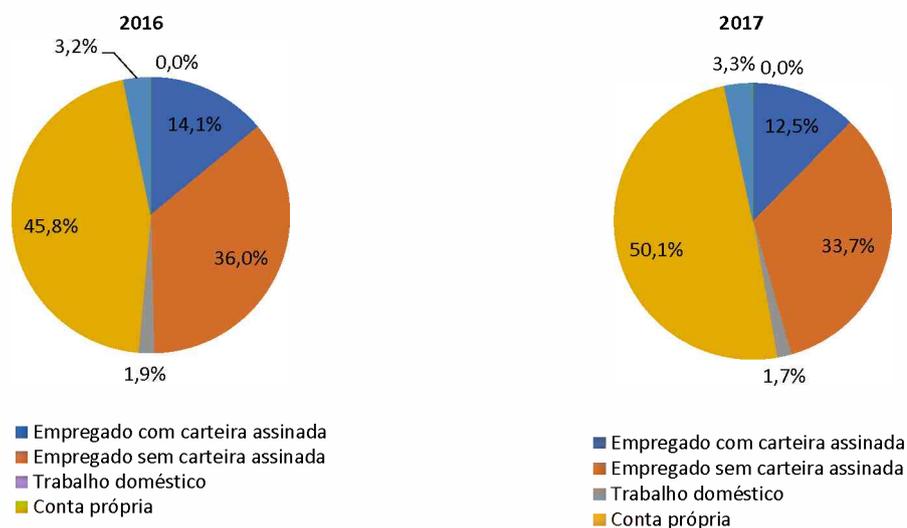
Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte. CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Os jovens com idade entre 25 e 29 anos, cadastrados no CadÚnico, apresentaram um movimento entre os tipos de ocupação de maneira similar aos grupos de faixas etárias anteriores: entre os anos de 2016 e 2017, ocorreu aumento expressivo no tipo de trabalho por *conta própria*, que passou de 45,8 para 50,1%. Na direção oposta, houve redução acentuada por tipo de ocupação entre os jovens que exerciam atividade laboral *sem carteira assinada* que passou de 36,0 para 33,6%. Em seguida, também para o tipo de trabalho *com carteira assinada*, entre os jovens de baixa renda, ocorreu redução, sendo 14,1% em 2016 para 12,5% em 2017.

Gráfico 30: População jovem entre 25 e 29 anos registrada no CadÚnico – Minas Gerais (%) – 2016/2017



Fonte: Dados básicos: Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: RMBH: Região Metropolitana de Belo Horizonte. CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

Em suma, os dados referentes ao tipo de ocupação da população jovem de baixa renda sugerem o aprofundamento das condições de segurança social, uma vez que pode ter havido transferência de pessoas do CadÚnico de uma ocupação para outra, mudança de grupo etário entre os jovens, saída de pessoas do cadastro levando consigo o *status* de ocupação e novos registros. Apesar disso, os dados fornecem um panorama geral da situação ocupacional dos jovens em Minas Gerais: entre as pessoas com idade entre 18 e 29 anos, aumento da sua condição no tipo de ocupação classificada como *conta própria* e o decréscimo da condição de trabalho, seja *com carteira assinada*, seja *sem carteira de trabalho assinada*; entre os jovens de 15 a 17 anos, aumento da inserção deles em ocupações classificadas como *outro trabalho não remunerado* que, por um lado, possuem fragilidades em termos de continuidade após a maioridade, mas, por outro lado, oferecem possibilidades de adquirir experiências profissionais relevantes para o futuro.

---

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta edição número 18 da série Estatística & Informações apresentou um panorama geral da população em situação de vulnerabilidade de renda, residente em Minas Gerais, em 2016 e em 2017, com base nas PNADs Contínuas, do IBGE, e no CadÚnico, do Ministério de Desenvolvimento Social.

O período analisado foi um intervalo curto de tempo, somente de um ano, e para se compreender melhor o que está acontecendo com a população em condições de vulnerabilidade de renda nos recortes geográficos realizados, torna-se imperativo estender a análise para outros anos, a fim de detectar uma tendência mais robusta das mudanças ocorridas nos últimos tempos.

Em 2016, o Brasil contava com mais de 18,4 milhões de pessoas em condições de vulnerabilidade de renda, sendo nove milhões de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, com renda domiciliar *per capita* de até R\$ 93,00 (extremamente pobres) e 9,4 milhões residindo em domicílios com renda domiciliar *per capita* entre R\$ 93,00 e R\$ 186,00 (pobres) – 8,9% da população brasileira. Em Minas Gerais, esses percentuais eram inferiores à média nacional, representando 6,5% da população do Estado. Em 2017, assiste-se a um incremento da população em situação de vulnerabilidade de renda no Brasil (6,6%), em Minas Gerais (1,8%) e em Belo Horizonte (15,3%), ou seja, verificou-se crescimento da pobreza nessas regiões. A exceção foi a RMBH, onde houve queda relativa no total de população vulnerável.

No Brasil, tanto em 2016, quanto em 2017, as mulheres predominaram entre os extremamente pobres e pobres. Os homens eram maioria entre os extremamente pobres residentes em Minas Gerais, na RMBH e em Belo Horizonte e entre os pobres, destaque novamente para as mulheres, nessas três regiões.

Mais de 70% das pessoas residentes em domicílios extremamente pobres e pobres, no Brasil e demais regiões, eram negras, em ambos os períodos analisados. Ademais, verificou-se fortalecimento das desigualdades raciais, uma vez que, entre os extremamente pobres, a proporção de brancos diminuiu, no período em questão, no Brasil, em Minas Gerais, na RMBH e em Belo Horizonte, e entre os pobres, tal queda foi observada no Estado, na região metropolitana e em Belo Horizonte.

Em relação à idade, os dados evidenciaram que a maioria dos extremamente pobres no Brasil, em 2016 e em 2017, eram adultos entre 30 e 59 anos de idade e que a proporção de adultos residentes em Minas Gerais e na RMBH, nessa situação, era superior à média nacional. Em 2016, entre os pobres, houve predominância de adultos de 30 a 59 anos no Brasil e em Minas Gerais. Na RMBH e em Belo Horizonte, sobressaíram-se os jovens de 15 a 29 anos de idade. Em 2017, em conformidade com a população

extremamente pobre, nas quatro regiões os adultos prevaleceram, indicando envelhecimento da população vulnerável.

Como era de se esperar, verificou-se elevado percentual de analfabetos na população pobre e extremamente pobre, no Brasil, e baixo percentual de pessoas com nível superior, principalmente entre os pobres, cujo percentual de pessoas com terceiro grau completo foi superior a 1% somente em Minas Gerais. Em Minas Gerais, a proporção de analfabetos era inferior à média nacional.

Acompanhando os dados de educação, parcela expressiva dos pobres e extremamente pobres encontrava-se fora da força de trabalho, principalmente no Brasil e em Minas Gerais. Em 2016, no Estado, a proporção de pessoas extremamente pobres e pobres que não estava trabalhando, na semana de referência da pesquisa, era de 48 e 42,9%, respectivamente, e, em 2017, houve melhora relativa desse quadro, com diminuição de 7,4 e 10,0%, na devida ordem.

Em 2016, no Brasil, em Minas Gerais, na RMBH e em Belo Horizonte, a maioria das pessoas residentes em domicílios extremamente pobres que estavam na força de trabalho e encontravam-se desocupadas eram homens. Entre os pobres, as mulheres se sobressaíram, com exceção do Brasil. Em 2017, assiste-se ao incremento relativo das mulheres entre os desocupados extremamente pobres, residentes na RMBH e na capital do Estado, inclusive superando a proporção de homens desocupados, e entre os desocupados pobres residentes nessas mesmas regiões.

Verificou-se a predominância dos negros entre a população desocupada de pobres e extremamente pobres, nas quatro regiões em questão, em 2016 e em 2017, e agravamento da situação de desocupação deles em 2017, com diminuição relativa dos brancos entre os desocupados e concomitante incremento do percentual de negros. Chamou atenção o município de Belo Horizonte, onde todos os desocupados pobres, em 2016, eram negros.

Os pobres e extremamente pobres também se encontravam expostos a situações inadequadas no tocante aos serviços de saneamento básico. No Brasil, em 2016, cerca de um terço da população de vulneráveis residia em domicílios sem acesso à rede geral de abastecimento de água. Em Minas Gerais, a proporção de pobres e extremamente pobres, vivendo nas mesmas condições, era de 29,6 e 25,2%, respectivamente, proporção ligeiramente inferior àquela observada no país. Em 2017, houve redução no *déficit* de cobertura dos serviços de abastecimento de água entre os extremamente pobres residentes em Minas Gerais e na RMBH, bem como entre os pobres residentes no Brasil, em Minas Gerais e na RMBH.

Embora em proporções menores que o *déficit* na cobertura dos serviços de abastecimento de água, a ausência de banheiro de uso exclusivo dos moradores também fazia parte do cotidiano dessas pessoas. Entre 2016 e 2017, os dados evidenciaram incremento de tal situação no Brasil e em Minas Gerais, para os

pobres e extremamente pobres. Chamou atenção o crescimento de 224,2% dos pobres residentes em domicílios sem banheiro exclusivo, em Minas Gerais, no período de um ano. Em 2016, mais da metade da população brasileira, residente em domicílios considerados extremamente pobres, utilizava fossas, valas, rios, lagos ou mar para o afastamento dos esgotos sanitários. Em 2017, observou-se agravo dessa situação no país, atingindo 60% desse contingente populacional. Em Minas Gerais, embora os percentuais fossem menores que a média nacional, eram também elevados: 38,7%, em 2016 e 34,6%, em 2017. Entre os pobres, verificaram-se condições mais precárias em relação aos extremamente pobres, no Brasil e em Minas Gerais, quanto aos domicílios com soluções inadequadas para o afastamento do esgoto sanitário.

Elevado percentual de população residente em domicílios considerados pobres e extremamente pobres também não usufruía de serviços de coleta de lixo. No Brasil, em 2016, aproximadamente um terço deles, em ambas as categorias, queimavam o lixo na propriedade, enterravam os resíduos, jogavam em terreno baldio ou logradouro ou davam outro destino. Em Minas Gerais, 25,8% da população extremamente pobres e 31,9% da população pobre não contava com qualquer serviço de coleta de resíduos sólidos.

Em relação ao CadÚnico, entre 2016 e 2017, observou-se decréscimo de 1,9% no total de pessoas registradas residentes em Minas Gerais, perfazendo um total de 25,8 mil pessoas. Tal diminuição foi ocasionada pela queda de 2,9% no total de cadastrados residentes no interior do Estado (33,4 mil pessoas) e não foi maior devido ao incremento no número de inscritos residentes na RMBH. Destaca-se que essas variações quantitativas no CadÚnico podem ser explicadas pela diminuição/aumento no total de inscritos, e não pela mudança no *status* de vulnerabilidade de renda, haja vista o aumento apontado pelas PNADs Contínuas da população em condições de vulnerabilidade de renda no Estado.

Em 2016, em Minas Gerais, mais da metade da população cadastrada no CadÚnico tinha entre 15 e 64 anos de idade. Em 2017, houve manutenção dos percentuais desse grupo, incremento relativo da população idosa e redução percentual das crianças e jovens, sugerindo um envelhecimento da população cadastrada.

Grande parte da população registrada no CadÚnico era composta por mulheres, principalmente em Belo Horizonte, onde o percentual nos dois anos considerados chegou a 60%.

No tocante à cor, tanto em 2016, quanto em 2017, houve predominância dos negros entre as pessoas de baixa renda registradas no cadastro em Minas Gerais, no interior do Estado, na RMBH e em Belo Horizonte.

Em relação ao analfabetismo, os dados revelam que, em 2016, cerca de 8,1% da população de Minas Gerais, registradas no CadÚnico, era de analfabetos. Na RMBH, esse percentual era ligeiramente superior ao da média estadual (8,7). Em 2017, o percentual de pessoas analfabetas, inseridas no cadastro, sofreu incremento nas regiões analisadas, com exceção da RMBH. Ou seja, a redução do quantitativo de pessoas

inscritas no CadÚnico, em Minas Gerais e no interior do Estado, não significou a redução dessa parcela, pelo contrário.

Em 2016, mais da metade dos analfabetos do CadÚnico eram adultos, principalmente entre aqueles residentes no interior do Estado, com percentual de 56,5%. Em 2017, observou-se manutenção da preponderância da população em idade produtiva (entre 30 e 64 anos) entre os analfabetos e crescimento de mais de 100% do grupo de idosos (65 anos e mais de idade) em todas as regiões, especialmente em Belo Horizonte e na RMBH.

Em 2016, aproximadamente 355,1 mil jovens (15 a 29 anos de idade) encontravam-se inscritos no CadÚnico, em Minas Gerais. Entre eles, 27,9% tinham entre 15 e 17 anos de idade e, desse total, somente 0,8% estavam ocupados. As principais ocupações desse grupo eram *outro trabalho não remunerado e conta própria*.

Os jovens entre 18 e 24 anos representavam 46,5% do total de jovens inseridos no cadastro, isto é, 165,1 mil pessoas. Somente um quinto deles encontravam-se ocupados, com destaque para a categoria *trabalho sem carteira assinada e conta própria*. Já entre o total de jovens entre 25 e 29 anos (90,9 mil pessoas) cadastrados, cerca de 42,9% estavam ocupados, em ambos os períodos, sobressaindo-se o trabalho por *conta própria e trabalho sem carteira assinada*, este último com diminuição de 2,4 pontos percentuais entre 2016 e 2017.

Em suma, pode-se dizer que, entre 2016 e 2017, houve acirramento da pobreza no Brasil e em Minas Gerais como um todo, com predominância das mulheres, dos negros e da população em idade produtiva. Entre o contingente populacional em condições de vulnerabilidade havia muitos analfabetos e desocupados, características que reforçam o ciclo perverso da pobreza e falta de oportunidades. Soma-se a isso as condições inadequadas de moradia, relativas ao *déficit* dos serviços de saneamento básico. Ademais, verificou-se um descompasso entre o crescimento da pobreza, apontado pelas PNADs Contínuas, e a redução do número de pessoas de baixa renda inscritas no CadÚnico, sugerindo um aumento da demanda pela via de acesso, mas, ao mesmo tempo, uma redução quantitativa no cadastro, exigindo um aprofundamento analítico.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, I. M. M.; FERNANDES, C. M. Vulnerabilidade ocupacional e social nas grandes metrópoles brasileiras. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v.20, n.43, p.797-822, set./dez. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-99962018000300797&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962018000300797&lng=en&nrm=iso) . Acesso em: 04 jan. 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Base de dados**: Projeções populacionais – 2010-2040. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos1/4221-estatisticas-demograficas> . Acesso em: 04 jan. 2019.

IBGE. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua - PNAD Contínua: microdados: microdados da divulgação anual: 2016. [Rio de Janeiro], atualização de 16/08/2018a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados> . Acesso em: 03 jan. 2019.

IBGE. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua - PNAD Contínua: microdados: microdados da divulgação anual: 2017. [Rio de Janeiro], atualização de 16/08/2018b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados> . Acesso em: 03 jan. 2019.

IBGE. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua: terceiro trimestre de 2018. [Rio de Janeiro], 2018c. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2018\\_3tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2018_3tri.pdf). Acesso em: 03 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria especial do desenvolvimento social. **Cadastro único**: base amostral desidentificada do cadastro único – dez/2017. Brasília [DF], 2017. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=165> . Acesso em: 05 jan. 2019.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria especial do desenvolvimento social. **Cadastro único**: base amostral desidentificada do cadastro único – dez/2016. Brasília [DF], 2016. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=165> . Acesso em: 05 jan. 2019.

OSÁRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília [DF]: IPEA, 2003. (Texto para discussão, 996).



## Série Estatística & Informações

ISSN 2595-6132

Números divulgados

Volume 1 – Economia do Turismo de Minas Gerais: 2010-2014

Volume 2 – Metodologia do PIB trimestral de Minas Gerais: referência 2010

Volume 3 – Déficit Habitacional no Brasil: resultados preliminares 2015

Volume 4 – Produto Interno Bruto de Minas Gerais: 2015

Volume 5 – Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais: 2015

Volume 6 – Déficit Habitacional no Brasil: 2015

Volume 7 – Fluxos migratórios dos territórios de desenvolvimento de Minas Gerais e grandes regiões do Brasil: 2010

Volume 8 – Projeções populacionais: Minas Gerais e territórios de desenvolvimento 2010-2060

Volume 9 – Perfil dos Jovens em Áreas de Vulnerabilidade Social: Educação e Trabalho

Volume 10 – Tabela de Recursos e Usos e Matriz Insumo-Produto de Minas Gerais: 2013

Volume 11 – Matriz Insumo-Produto dos Territórios de Desenvolvimento de Minas Gerais: 2013

Volume 12 – O PIB e os Indicadores das Finanças Públicas de Minas Gerais: triênio 2015-2017

Volume 13 – Diagnóstico da previdência pública dos servidores do Estado de Minas Gerais

Volume 14 – A produção de café em Minas Gerais: desafios para a industrialização

Volume 15 – Estrutura e Evolução da Ocupação Formal de Minas Gerais: 2000-2017

Volume 16 – Produto Interno Bruto de Minas Gerais: 2016

Volume 17 – Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais: 2016

Volume 18 – Vulnerabilidade e condições de vida no Brasil e em Minas Gerais : o que revelam a Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e o Cadastro Único – 2016 e 2017

